



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - 2º Grau

Processo Judicial Eletrônico

Processos em pauta de julgamento

Sessão de 07/07/2026 às 09:00:00

Emitido em 26/06/2026 14:06

Processo	3003920-25.2025.8.06.0029
Número de ordem	1
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Práticas Abusivas
Polo ativo	MARIA CANDIDO TEIXEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE - (CE38088-A)
Polo passivo	BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado(s) - Polo passivo	ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3017851-19.2024.8.06.0001
Número de ordem	2
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	FRANCISCO IVAN DOS SANTOS BENIGNO
Advogado(s) - Polo ativo	PETERSON DA COSTA TEIXEIRA - (MT17155-A)
Polo passivo	CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Advogado(s) - Polo passivo	RAFAEL SALEK RUIZ - (RJ94228-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3001845-25.2025.8.06.0122
Número de ordem	3
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Capitalização e Previdência Privada
Polo ativo	JOAO RAIMUNDO DE LIMA
Advogado(s) - Polo ativo	CINTIA SANTANA DE LIMA - (CE52760-A) RAYSSA VITORIA GONCALVES DA SILVA - (PB33901-A)
Polo passivo	BRADESCO CAPITALIZACAO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR - (CE9075-A) FERNANDO ROMULO DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO - (CE39771-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0124514-19.2019.8.06.0001
Número de ordem	4
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	ALUISIO JOSE DE OLIVEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA - (CE14260-A)
Polo passivo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0201031-05.2024.8.06.0029
Número de ordem	5
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos de Consumo
Polo ativo	MARIA DAS DORES PEREIRA DE SOUZA
Advogado(s) - Polo ativo	ERICLES DE OLINDA BEZERRA - (CE41130-A) TULIO ALVES PIANCO - (CE42491-A)
Polo passivo	BANCO BMG SA
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - (BA17023-A) PETERSON DOS SANTOS - (SP336353-A)
Terceiros	RUTH RHEREV AMARAL URSULINO HERCULANO LOPES
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3090523-88.2025.8.06.0001
Número de ordem	6
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	ANTONIO CARLOS VILANOVA MORAIS
Advogado(s) - Polo ativo	RAFAEL DOS SANTOS GOMES - (SC72358-A)
Polo passivo	PARATI - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. BANCO C6 CONSIGNADO
Advogado(s) - Polo passivo	EDUARDO CHALFIN - (CE33640-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0002651-78.2012.8.06.0054
Número de ordem	7
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	GERALDO TAVEIRA DOS SANTOS
Advogado(s) - Polo ativo	LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA - (CE141458-A)

Processo	0002651-78.2012.8.06.0054
Polo passivo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0186665-55.2018.8.06.0001
Número de ordem	8
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	VALDO PINHEIRO DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA - (CE14260-A)
Polo passivo	ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0238776-40.2023.8.06.0001
Número de ordem	9
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Interpretação / Revisão de Contrato
Polo ativo	JOBSON RODRIGUES DE AZEVEDO
Advogado(s) - Polo ativo	BRENO MORAIS DIAS - (CE21695-A)
Polo passivo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	FABIO OLIVEIRA DUTRA - (SP292207-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3003180-23.2026.8.06.0000
Número de ordem	10
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Compra e Venda
Polo ativo	HRH FORTALEZA EMPREENDIMENTO HOTELEIRO S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	MARIANA DIAS DA SILVA SANTOS - (CE25742-A)
Polo passivo	MARCOS JOSE VALENTIM DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	THIAGO PEREIRA DE ALMEIDA - (CE23550-A) MAGNO AGUIAR AVELINO - (CE44827-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0205391-72.2024.8.06.0064
Número de ordem	11
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

Processo	0205391-72.2024.8.06.0064
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	OLGA XEREZ SOARES
Advogado(s) - Polo ativo	LEORGENIS ALBERTO DOS SANTOS FREITAS - (CE20805-A)
Polo passivo	BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - (BA17023-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3019682-71.2025.8.06.0000
Número de ordem	12
�rg�o julgador	1� Gabinete da 5� Câmara de Direito Privado
�rg�o julgador colegiado	5� Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Cerceamento de Defesa
Polo ativo	VICTOR PINHEIRO COUTINHO
Advogado(s) - Polo ativo	EUGENIO DUARTE VASQUES - (CE16040-A)
Polo passivo	BEZALIENE PEREIRA DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	DANIEL SILVA ROCHA - (CE52799)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3007579-32.2025.8.06.0000
Número de ordem	13
�rg�o julgador	1� Gabinete da 5� Câmara de Direito Privado
�rg�o julgador colegiado	5� Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Tutela de Urgência
Polo ativo	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	SYLVIO GARCEZ JUNIOR - (BA7510-A)
Polo passivo	HERILUCIO P SILVA LTDA JOSE ERIBERTO SILVA FRANCISCA LUCIA PRACHEDES SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO PEDRO DE MELO NETTO - (PB18544)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3002531-94.2025.8.06.0064
Número de ordem	14
�rg�o julgador	1� Gabinete da 5� Câmara de Direito Privado
�rg�o julgador colegiado	5� Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Revisão de Juros Remuneratórios, Capitalização/Anatocismo
Polo ativo	MARIA DILMA DE SOUSA FONTENELE
Advogado(s) - Polo ativo	PAULO ROBERTO LOPES JUNIOR - (CE46673-A)
Polo passivo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	BRUNO HENRIQUE GONCALVES - (CE50541-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3022122-40.2025.8.06.0000
Número de ordem	15
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Liminar
Polo ativo	ANTONIO VICENTE SILVA PECAS
Advogado(s) - Polo ativo	GUSTAVO DAGA - (CE38531-A)
Polo passivo	A PREDIAL ADMINISTRADORA CEARENSE DE BENS IMOV LTDA - EPP
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3021677-22.2025.8.06.0000
Número de ordem	16
Órgão julgador	1º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Compra e Venda
Polo ativo	HARD ROCK BRAZIL GERENCIAMENTO DE HOTEIS LTDA.
Advogado(s) - Polo ativo	MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA - (RJ92518-A)
Polo passivo	SERGIO DE OLIVEIRA QUEIROZ
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO BRUNO NOBRE DE MELO - (CE44674-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0620521-79.2017.8.06.0000
Número de ordem	17
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa
Polo ativo	JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS
Advogado(s) - Polo ativo	VALERIA PREVITERA DA SILVA - (CE11379-A) LAERTE MEYER DE CASTRO ALVES - (CE16119-A) JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS - (CE28217-A)
Polo passivo	OBOE TECNOLOGIA E SERVICOS FINANCEIROS S.A OBOE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A OBOE HOLDING FINANCEIRA S.A JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS OBOE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A ADVISOR GESTAO DE ATIVOS S.A CLARINETE PROMOTORA DE VENDAS E SERVICOS FINANCEIROS LTDA CIA. DE INVESTIMENTO OBOE
Advogado(s) - Polo passivo	VALERIA PREVITERA DA SILVA - (CE11379-A) LAERTE MEYER DE CASTRO ALVES - (CE16119-A)
Terceiros	VALERIA PREVITERA DA SILVA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0059124-25.2007.8.06.0001
Número de ordem	18
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado

Processo	0059124-25.2007.8.06.0001
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR - (CE9075-A)
Polo passivo	ALUIZIO ROCHA BARRETO
Advogado(s) - Polo passivo	ADRIANO BARRETO ESPINDOLA SANTOS - (CE22755) GILBERTO SIEBRA MONTEIRO - (CE6004-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0009846-48.2019.8.06.0126
Número de ordem	19
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	MARIA RISOLETA TEIXEIRA GOMES BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	ROKYLANE GONCALVES BRASIL - (CE31058-A) ROKYLANE GONCALVES BRASIL - (CE31058-A)
Polo passivo	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. MARIA RISOLETA TEIXEIRA GOMES
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR - (CE9075-A) FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR - (CE9075-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0134752-97.2019.8.06.0001
Número de ordem	20
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos de Consumo
Polo ativo	MARIA DE LOURDES BATISTA LIMA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA - (CE14260-A)
Polo passivo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3001490-79.2025.8.06.0133
Número de ordem	21
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Levantamento de Valor
Polo ativo	RHENY LOPES ARAGAO
Advogado(s) - Polo ativo	VICTOR CARLOS MADEIRO - (CE32928-A)

Processo	3001490-79.2025.8.06.0133
Polo passivo	ESTADO DO CEARA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0216996-10.2024.8.06.0001
Número de ordem	22
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cartão de Crédito
Polo ativo	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (RJ60359-A)
Polo passivo	NEDER FARIA JUNIOR
Advogado(s) - Polo passivo	DARCY KLEBERSON BARBOSA DE SOUZA - (MS14687-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0205246-85.2023.8.06.0117
Número de ordem	23
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	LUZIA DE FATIMA LIMA BARROS SOARES
Advogado(s) - Polo ativo	GILBERTO SIEBRA MONTEIRO - (CE6004-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200107-04.2024.8.06.0058
Número de ordem	24
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Provas em geral
Polo ativo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo ativo	NEI CALDERON - (SP114904-A)
Polo passivo	MARIA DE FATIMA SALES
Advogado(s) - Polo passivo	ANA LUIZA BARBALHO PARENTE - (CE29864-A) DIEGO SILVA PARENTE - (CE24856-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3050535-60.2025.8.06.0001
Número de ordem	25
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR

Processo	3050535-60.2025.8.06.0001
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Desconto em Folha de Pagamento/Benefício Previdenciário
Polo ativo	JOAQUIM MOREIRA NETO
Advogado(s) - Polo ativo	IURY ALVES LEAL - (CE37707-A) LARYSSA MARIA XIMENES CARVALHO - (CE38435-A)
Polo passivo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0915241-56.2014.8.06.0001
Número de ordem	26
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Resgate de Contribuição
Polo ativo	ARIULO PEREIRA DE ASSIS JOSE AIRTON SARAIVA LEO
Advogado(s) - Polo ativo	TIAGO UCHOA MARTINS DE MORAES - (PE18593) JOAO PAULO RAPOSO MORONI - (CE18906-A)
Polo passivo	FUNDACAO CHESF DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE SOCIAL FACHESF COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO
Advogado(s) - Polo passivo	ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA - (PE18400-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3002199-20.2025.8.06.0035
Número de ordem	27
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	MARILENE RIBEIRO FERREIRA
Advogado(s) - Polo ativo	RODRIGO ANDRADE DO NASCIMENTO - (RN11195-A)
Polo passivo	ENEL BRASIL S.A
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0246835-17.2023.8.06.0001
Número de ordem	28
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Polo ativo	ANA CECILIA DE ANDRADE SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	GAUDENIO SANTIAGO DO CARMO - (CE20944-A)
Polo passivo	OR2 AUTOMOVEIS LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	CRISTIANO FERNANDES - (SC15886-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA

Processo	0246835-17.2023.8.06.0001
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3023258-72.2025.8.06.0000
Número de ordem	29
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Tratamento médico-hospitalar
Polo ativo	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Polo passivo	JOAO BATISTA VASCONCELOS ALVES
Advogado(s) - Polo passivo	MARCUS VINICIUS MARTINS BRITO - (CE17613-A) ANA ABIGAIL COSTA VASCONCELOS ALVES - (CE17612-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0050229-16.2020.8.06.0035
Número de ordem	30
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo ativo	JOAO PAULO ARRUDA BARRETO CAVALCANTE - (CE22880-A) MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO - (CE1870-A)
Polo passivo	JEROEN ANTON MARIA VAN TILBURG CAMARATI - CAMARQUES MARINHOS ARACATI LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3105931-22.2025.8.06.0001
Número de ordem	31
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	FLAVIA DOS REIS SILVA - (SP226657-A) THIAGO RIBEIRO SENATORI - (SP336587)
Polo passivo	ERISON JOSE GONCALVES DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3046888-57.2025.8.06.0001
Número de ordem	32
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR

Processo	3046888-57.2025.8.06.0001
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Polo ativo	HRH FORTALEZA EMPREENDIMENTO HOTELEIRO S.A. HRH FORTALEZA EMPREENDIMENTO HOTELEIRO S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	MARIANA DIAS DA SILVA SANTOS - (CE25742-A)
Polo passivo	PAULO ROSSI SAMPAIO DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	HIDO THAUI ALVES PEREIRA - (CE51567-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3006703-14.2024.8.06.0000
Número de ordem	33
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Serviços Hospitalares
Polo ativo	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (CE16599-A) IGOR MACEDO FACO - (CE16470-A) ANDRE MENESCAL GUEDES - (CE23931-A)
Polo passivo	S. C. D. A.
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0201578-43.2024.8.06.0062
Número de ordem	34
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	SILVESTRE FURTUOSO LIMA
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	THIAGO BARREIRA ROMCY - (CE23900-A) JOELZA DE OLIVEIRA ROCHA - (CE28698-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3015864-74.2026.8.06.0001
Número de ordem	35
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA - (SP94243-A)
Polo passivo	PAULO FLAVIO DA SILVA RODRIGUES
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado

Processo	3015864-74.2026.8.06.0001
Voto proferido pelo relator	Não informado
Processo	3017944-48.2025.8.06.0000
Número de ordem	36
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	BRENDA CELESTE VIEIRA FARIAS ARAGAO
Advogado(s) - Polo ativo	CAICO GONDIM BORELLI - (CE24895-A)
Polo passivo	BANCO INTERMEDIUM SA NU PAGAMENTOS S.A. PAGSEGURO INTERNET S.A. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. WIANA VICTOR TEIXEIRA
Advogado(s) - Polo passivo	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - (CE49416-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado
Processo	0051632-12.2021.8.06.0091
Número de ordem	37
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inventário e Partilha
Polo ativo	ANTONIO LEOMAR GONCALVES VIEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	RAIMUNDO WGERLES BESERRA MAIA - (CE6155-A) JOSE GEORGE SILVA ALBUQUERQUE - (CE25820-A)
Polo passivo	LAURINDO VIEIRA BARBOSA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	ANTONIO GONCALVES VIEIRA FRANCISCO VERAS SENA RAIMUNDA GONCALVES VIEIRA MARIA LENILDE GONCALVES DE QUEIROZ INGRID VIEIRA SENA FURTADO LAURINDO VIEIRA BARBOSA JUNIOR MARIA SOCORRO VIEIRA SENA MARIA SOCORRO VIEIRA SENA MARIA LENILCE GONCALVES VIEIRA JOSE GEORGE SILVA ALBUQUERQUE ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado
Processo	3091851-53.2025.8.06.0001
Número de ordem	38
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - (CE26502-A)
Polo passivo	MARCELO XAVIER DE MESQUITA
Advogado(s) - Polo passivo	BRUNO BOYADJIAN SOBREIRA - (CE38828-A)

Processo	3091851-53.2025.8.06.0001
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3001288-97.2025.8.06.0167
Número de ordem	39
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Acidente Aéreo
Polo ativo	MARCUS VINICIUS AGUIAR FREIRE
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO RAFAEL DE FARIAS FURTADO - (CE17739-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0107353-30.2018.8.06.0001
Número de ordem	40
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Polo ativo	DANIELE SABIONI
Advogado(s) - Polo ativo	ANTONIO GLEUDISON SOUZA RODRIGUES - (CE29283-A) KATIANA MONTEIRO GALDINO - (CE21978-A)
Polo passivo	DAMA BRASIL EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA MASSIMO BONI DAVIDE BENEVENTI
Advogado(s) - Polo passivo	EVANDRO MENEZES VIDAL - (CE36891-A) LEONARDO VERAS DESSOLES MONTEIRO - (PE1422-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0627909-62.2019.8.06.0000
Número de ordem	41
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Sucumbenciais
Polo ativo	FEDERACAO BRASILEIRA DE HOSPITAIS
Advogado(s) - Polo ativo	TIAGO ASFOR ROCHA LIMA - (CE16386-A) WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Polo passivo	CLARINETE PROMOTORA DE VENDAS E SERVICOS FINANCEIROS LTDA OBOE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A OBOE HOLDING FINANCEIRA S.A OBOE TECNOLOGIA E SERVICOS FINANCEIROS S.A OBOE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A CIA. DE INVESTIMENTO OBOE MAGAZINES BRASILEIROS LTDA ADVISOR GESTAO DE ATIVOS S.A JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS

Processo	0627909-62.2019.8.06.0000
Advogado(s) - Polo passivo	LAERTE MEYER DE CASTRO ALVES - (CE16119-A) DRAUZIO BARROS LEAL NETO - (CE18138-A) RAUL AMARAL JUNIOR - (CE13371-S)
Terceiros	VALERIA PREVITERA DA SILVA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3019945-06.2025.8.06.0000
Número de ordem	42
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	LAIZLA DHEINNE PEREIRA SOUZA ARAUJO
Advogado(s) - Polo ativo	MARIANA MURARI - (SP464308-A) ESTHER BUZATO MARQUES - (SP396233-A)
Polo passivo	BANCO VOTORANTIM S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (CE23649-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200466-36.2024.8.06.0160
Número de ordem	43
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Prestação de Serviços
Polo ativo	FAUSTINO GONCALVES TORRES JUNIOR
Advogado(s) - Polo ativo	FAUSTINO GONCALVES TORRES JUNIOR - (CE35202-A)
Polo passivo	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	RODRIGO LOPES RIBEIRO - (BA63860-A) KALIANDRA ALVES FRANCHI - (BA14527-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0237633-84.2021.8.06.0001
Número de ordem	44
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Atraso de voo
Polo ativo	IZAURA BORGES SIQUEIRA SILVA M. S. S.
Advogado(s) - Polo ativo	PEDRO LUIZ CARNEIRO DE ABRANTES - (CE41295-A)
Polo passivo	GOL LINHAS AÉREAS S/A
Advogado(s) - Polo passivo	GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - (CE41287-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA M. S. S.
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3013440-93.2025.8.06.0001
Número de ordem	45
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cláusula Penal
Polo ativo	FRAN COSTA CARVALHO LINHARES
Advogado(s) - Polo ativo	JULIANA DE ABREU TEIXEIRA - (CE13463-A)
Polo passivo	MARIZE DA SILVA BARRETO
Advogado(s) - Polo passivo	AUGUSTO CESAR DE VIDAL BASTOS - (CE17049-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0262434-59.2024.8.06.0001
Número de ordem	46
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Liquidação
Polo ativo	MARCEU SALES TABOSA LILIANE MACEDO VASCONCELOS DE QUEIROZ
Advogado(s) - Polo ativo	THALES DE OLIVEIRA MACHADO - (CE29558-A) ANA CAROLINE SANTOS ABREU - (CE48458-A)
Polo passivo	MANHATTAN NEW YORK - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR - (CE33249-A) LEON SIMOES DE MELLO - (CE29493-A) VICENTE MARTINS PRATA BRAGA - (CE19309-A) NAYARA DE OLIVEIRA SILVA - (CE39505-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0201931-75.2022.8.06.0055
Número de ordem	47
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Polo ativo	WASHINGTON LUIS MENDONCA SANTIAGO BANCO SAFRA S A
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	VALDEVAN LIRA MENEZES
Advogado(s) - Polo passivo	ANA NEUZIVANE SANTOS OLIVEIRA - (CE48253-A)
Terceiros	PEDRO HENRIQUE MENDONCA PEREIRA GABRIEL RECHARD MOTA ABREU MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0009673-16.2011.8.06.0090
Número de ordem	48
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR

Processo	0009673-16.2011.8.06.0090
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo ativo	RICARDO LOPES GODOY - (MG77167-A)
Polo passivo	FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3005957-78.2026.8.06.0000
Número de ordem	49
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Penhora / Depósito/ Avaliação
Polo ativo	IRMEC CONSTRUÇOES LTDA DANIEL RANDAL MOREIRA MENDES CARNEIRO PEDRO RANDAL MOREIRA MENDES CARNEIRO
Advogado(s) - Polo ativo	HELDER BRAGA ARRUDA JUNIOR - (CE37228-A)
Polo passivo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo passivo	JOSE INACIO ROSA BARREIRA - (CE8151-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0209652-75.2024.8.06.0001
Número de ordem	50
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Material
Polo ativo	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	IGOR MACEDO FACO - (CE16470-A)
Polo passivo	LEILA DA SILVA VIANA
Advogado(s) - Polo passivo	AURENILO OLIVEIRA COSTA - (CE43727-A) HERMISON MACHADO DA CONCEICAO - (CE50998)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0157508-37.2018.8.06.0001
Número de ordem	51
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Repetição do Indébito
Polo ativo	RED PERFORMANCE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO PADRONIZADOS ESCUDERIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA RED PERFORMANCE PARTICIPACOES LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	QUADRA IMOBILIARIA S/A

Processo	0157508-37.2018.8.06.0001
Advogado(s) - Polo passivo	LAIS FERREIRA DA SILVA CARMO - (CE26630-A) Dayse de Lima Vieira Bicho - (CE26472-A) ANA RAQUEL RAMOS DOS SANTOS - (CE51871-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3004172-55.2025.8.06.0117
Número de ordem	52
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inventário e Partilha
Polo ativo	VERA CLEIDE NOGUEIRA DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	MARCIO MILITAO SABINO - (CE7576-A)
Polo passivo	REGINALDO LOPES COSTA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0578482-60.2000.8.06.0001
Número de ordem	53
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigaçao de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	Associacao de Poupanca e Emprestimo - Poupex
Advogado(s) - Polo ativo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Polo passivo	MARCOS ANDRE TEIXEIRA DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	MARCOS ANTONIO DIAS PASSOS - (CE12070-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0203753-88.2023.8.06.0112
Número de ordem	54
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	MARIA APARECIDA BEZERRA PEREIRA
Advogado(s) - Polo ativo	JOAO OTAVIO PEREIRA - (SP441585-A) VITOR RODRIGUES SEIXAS - (SP457767-A)
Polo passivo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	NEI CALDERON - (SP114904-A) MARCELO OLIVEIRA ROCHA - (SP113887-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3024317-95.2025.8.06.0000
Número de ordem	55
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado

Processo	3024317-95.2025.8.06.0000
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Tratamento Domiciliar (Home Care)
Polo ativo	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Polo passivo	FRANCINEIDA ALBUQUERQUE DE FREITAS
Advogado(s) - Polo passivo	JOACI INACIO DE BRITO - (CE8942-A) JOAO SUEDS PEREIRA LEITE - (CE7232-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3021296-14.2025.8.06.0000
Número de ordem	56
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Distribuição Dinâmica - Inversão
Polo ativo	VIVANCE PLANEJADOS LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	MIGUEL RIBEIRO DE VASCONCELOS - (CE29768-A)
Polo passivo	WIRLEY LIMA DE MORAIS
Advogado(s) - Polo passivo	BRUNO BOYADJIAN SOBREIRA - (CE38828-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0279953-81.2023.8.06.0001
Número de ordem	57
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	JOSE LUCIANO MOREIRA LIMA JUNIOR LEONIZIA SALES SARAIVA NETA
Advogado(s) - Polo ativo	JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS - (PR45471-A)
Polo passivo	BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	BEATRIZ CHAVES BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE - (CE44118-A) RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES - (CE16077-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0625002-07.2025.8.06.0000
Número de ordem	58
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Regulamentação de Visitas
Polo ativo	NADJA FURTADO BORTOLOTTI
Advogado(s) - Polo ativo	LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO - (CE20256-A) GABRIELA PIMENTEL PESSOA - (CE20680-A)
Polo passivo	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO

Processo	0625002-07.2025.8.06.0000
Advogado(s) - Polo passivo	ADRIANO JOSINO DA COSTA - (CE2164-A) ADRIANO PESSOA DA COSTA - (CE12942-A) RENATA PESSOA DA COSTA FEITOSA ALMEIDA - (CE15216-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3006122-28.2026.8.06.0000
Número de ordem	59
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Regulamentação de Visitas
Polo ativo	NADJA FURTADO BORTOLOTTI
Advogado(s) - Polo ativo	AMANDA FLORENCIO MELO - (CE48709-A) GABRIELA PIMENTEL PESSOA - (CE20680-A)
Polo passivo	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO
Advogado(s) - Polo passivo	ADRIANO JOSINO DA COSTA - (CE2164-A) ADRIANO PESSOA DA COSTA - (CE12942-A) RENATA PESSOA DA COSTA FEITOSA ALMEIDA - (CE15216-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3003597-73.2026.8.06.0000
Número de ordem	60
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Guarda
Polo ativo	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO
Advogado(s) - Polo ativo	ADRIANO PESSOA DA COSTA - (CE12942-A)
Polo passivo	NADJA FURTADO BORTOLOTTI
Advogado(s) - Polo passivo	LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO - (CE20256-A) GABRIELA PIMENTEL PESSOA - (CE20680-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0205591-79.2024.8.06.0064
Número de ordem	61
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	LEANDRO LESSA MACIEL MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Advogado(s) - Polo ativo	ANA ALICE RODRIGUES GOMES - (CE48162-A)
Polo passivo	JULLIANA DE CARVALHO OLIVEIRA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MARCELO ARAUJO DE CARVALHO, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0203846-46.2024.8.06.0167
Número de ordem	62
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Estabelecimentos de Ensino
Polo ativo	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS
Advogado(s) - Polo ativo	SERGIO RAYMUNDO BAYAS QUEIROZ - (CE15798-A) DRAUZIO CORTEZ LINHARES - (CE16424-A)
Polo passivo	INGRID VIEIRA NEVES
Advogado(s) - Polo passivo	LORRANE TORRES ANDRIANI CAMPELLO - (PE43842-A) MARIA EDUARDA GOMES TAVORA - (PE43870-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3006352-70.2026.8.06.0000
Número de ordem	63
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Prescrição e Decadência
Polo ativo	LILIAN CHANCA DE ALMEIDA MOULAO
Advogado(s) - Polo ativo	NERILDO MACHADO - (CE20982-A)
Polo passivo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0202812-40.2024.8.06.0101
Número de ordem	64
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Fixação
Polo ativo	JOSE XIMENES DE VASCONCELOS NETO A. S. B. V. ANGELA VITORIA BRAGA DE SOUSA L. M. B. V.
Advogado(s) - Polo ativo	MARCELINO FERREIRA LIMA - (CE47309-A) SAMUEL OLIVEIRA ALCANTARA - (CE38350-A) MARCELINO FERREIRA LIMA - (CE47309-A) SAMUEL OLIVEIRA ALCANTARA - (CE38350-A)
Polo passivo	A. S. B. V. ANGELA VITORIA BRAGA DE SOUSA L. M. B. V. JOSE XIMENES DE VASCONCELOS NETO
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO LUCAS BRAGA SANTOS - (CE43815-A) JOAO LUCAS BRAGA SANTOS - (CE43815-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0121686-50.2019.8.06.0001
Número de ordem	65

Processo	0121686-50.2019.8.06.0001
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Compra e Venda
Polo ativo	BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS - (CE28119-A)
Polo passivo	STEMAC SA GRUPOS GERADORES
Advogado(s) - Polo passivo	CAIO MARCELO SERRAT - (RS67393-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3003254-77.2026.8.06.0000
Número de ordem	66
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Pedido de Liminar
Polo ativo	ALINE BARROS CARNEIRO
Advogado(s) - Polo ativo	DAVILA DE ARAUJO E ARAGAO RIOS - (CE22512-A)
Polo passivo	UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
Advogado(s) - Polo passivo	ALFREDO ZUCCA NETO - (SP154694-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0048685-84.2017.8.06.0071
Número de ordem	67
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Reivindicação
Polo ativo	ROSALINA RODRIGUES RIBEIRO MATEUS
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	ISMENIA RODRIGUES DE SOUSA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Sinaldo de Sousa Medeiros Francisco Nonato dos Santos Mardonio Luiz Leitao de Brito Cicero Jose Felipe Damasceno
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3023585-17.2025.8.06.0000
Número de ordem	68
Órgão julgador	2º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	FRANCISCO LUCIDIO DE QUEIROZ JUNIOR
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Bloqueio / Desbloqueio de Valores
Polo ativo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo ativo	TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR - (CE7216-A)

Processo	3023585-17.2025.8.06.0000
Polo passivo	EVELINE ANDRADE MELO DE AGUIAR ANA FLAVIA ANDRADE MELO DE AGUIAR
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3002376-27.2025.8.06.0053
Número de ordem	69
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado(s) - Polo ativo	ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A)
Polo passivo	MARIA NATIVIDADE RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO ALVES LINHARES NETO - (CE36353-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3000479-98.2025.8.06.0170
Número de ordem	70
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Descontos dos benefícios
Polo ativo	FRANCISCO GOMES ALVES
Advogado(s) - Polo ativo	FLAVIO BARBOZA MATOS - (CE28410-A) JESSICA ESTEVAM BARBOSA - (CE47125-A)
Polo passivo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	FELICIANO LYRA MOURA - (CE29481-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0051192-24.2020.8.06.0035
Número de ordem	71
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Esbulho / Turbação / Ameaça
Polo ativo	MARIA VILANI FERREIRA DE ALENCAR
Advogado(s) - Polo ativo	LEANDRA OLINDA PORTO MAIA - (CE10969-A) DORABEL SANTIAGO DOS SANTOS FREIRE - (CE26601-A)
Polo passivo	Francisco Ferreira dos Santos Claudete Martins da Silva
Advogado(s) - Polo passivo	LUCAS MONTEIRO ALVES - (CE35642)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3007230-39.2025.8.06.0029
Número de ordem	72

Processo	3007230-39.2025.8.06.0029
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Polo ativo	JOSE LEANDRO DE PAULO
Advogado(s) - Polo ativo	ADRIANO SILVA LIMA - (CE47780-A)
Polo passivo	BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado(s) - Polo passivo	ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0201353-70.2023.8.06.0090
Número de ordem	73
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Práticas Abusivas
Polo ativo	JOSE RIBAMAR DE ALBUQUERQUE
Advogado(s) - Polo ativo	RENATO ALVES DE MELO - (CE29801-A) CRISNANDA ALVES BRASIL - (CE41053-A)
Polo passivo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	THIAGO BARREIRA ROMCY - (CE23900-A) EDGAR BELCHIOR XIMENES NETO - (CE23791-A) THIAGO CORDEIRO GONDIM DE PAIVA - (CE17374-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0131913-41.2015.8.06.0001
Número de ordem	74
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Polo ativo	DEF COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ROSEANE ALBUQUERQUE CARNEIRO SOLON LIMA VERDE NETO
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	BANCO SAFRA S A
Advogado(s) - Polo passivo	WILLIAM CARMONA MAYA - (SP257198-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0204688-86.2023.8.06.0029
Número de ordem	75
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Polo ativo	ANTONIA VIEIRA LIMA

Processo	0204688-86.2023.8.06.0029
Advogado(s) - Polo ativo	ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA - (DF62386-B)
Polo passivo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A) VITORIA PAULINO FARIAS - (CE49017-A)
Terceiros	MARCOS WENDEL FERNANDES DE MEDEIROS MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0260825-12.2022.8.06.0001
Número de ordem	76
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	BANCO PAN S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	RONALDO NOGUEIRA SIMOES - (CE17801-A) JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - (CE30348-A)
Polo passivo	MARIA TEREZA DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO ALVES DE ALBUQUERQUE - (CE5569-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3006602-50.2025.8.06.0029
Número de ordem	77
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	ANTONIA IVANIA FELINTO DE ALMEIDA SANTOS
Advogado(s) - Polo ativo	TULIO ALVES PIANCO - (CE42491-A) ERICLES DE OLINDA BEZERRA - (CE41130-A)
Polo passivo	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	GIOVANNA MORILLO VIGIL DIAS COSTA - (MG91567-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0008445-40.2017.8.06.0140
Número de ordem	78
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Esbulho / Turbação / Ameaça
Polo ativo	TEREZINHA DE JESUS BASTOS MOREIRA
Advogado(s) - Polo ativo	LARISSA MARIA ARAUJO GOMES BARROSO - (CE27947-A)
Polo passivo	Antonio Carlos Estavao da Silva
Advogado(s) - Polo passivo	AUGUSTO NETO AVELINO BARROS - (CE33473-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3043305-98.2024.8.06.0001
Número de ordem	79
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	PEDRO CAMELO DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES - (CE16077-A)
Polo passivo	PARATI - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - (CE30348-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200709-83.2023.8.06.0137
Número de ordem	80
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Propriedade Fiduciária
Polo ativo	MARIA DA PAZ GOMES SAMPAIO
Advogado(s) - Polo ativo	FLAVIO HENRIQUE PONTES PIMENTEL - (CE18523-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0003741-60.2018.8.06.0071
Número de ordem	81
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Esbulho / Turbação / Ameaça
Polo ativo	CICERO AMARO DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	ERICH COSTA SARAIVA LOBO - (CE25906-A) GWERSON JOCSAN QUEIROZ DE FIGUEIREDO - (CE22776-A)
Polo passivo	ALCY DE BRITO CARDOSO XIMENES
Advogado(s) - Polo passivo	ALISSON KELVY BATISTA ALVIS - (CE39025-A) PLINIO OLIVEIRA ARAUJO - (CE31557-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0620722-90.2025.8.06.0000
Número de ordem	82
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Tratamento médico-hospitalar
Polo ativo	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)

Processo	0620722-90.2025.8.06.0000
Polo passivo	D. D. S. M.
Advogado(s) - Polo passivo	KAMILA CARDOSO DE SOUZA RIBEIRO - (CE29545-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3004805-31.2025.8.06.0064
Número de ordem	83
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado(s) - Polo ativo	LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - (MS8125-A)
Polo passivo	FERNANDO HELIO DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	MARCO ANTONIO PEIXOTO - (PR26913-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3002529-57.2025.8.06.0151
Número de ordem	84
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	RAIMUNDO DE SOUSA DO NASCIMENTO
Advogado(s) - Polo ativo	ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO - (CE22941-A)
Polo passivo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3004736-49.2025.8.06.0112
Número de ordem	85
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	ANTONIA ELISA PESSOA DE OLIVEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	MARCOSORRITE GOMES ALVES - (CE38659-A)
Polo passivo	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - (CE49416-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0201142-62.2023.8.06.0113
Número de ordem	86
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE

Processo	0201142-62.2023.8.06.0113
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Revisão do Saldo Devedor
Polo ativo	CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado(s) - Polo ativo	LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - (MS8125-A)
Polo passivo	ANTONIA SULENEIDE OLIVEIRA DIAS
Advogado(s) - Polo passivo	CICERA GOMES BEZERRA - (CE34828-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3000889-08.2024.8.06.0166
Número de ordem	87
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo ativo	NEI CALDERON - (SP114904-A)
Polo passivo	FRANCISCA ALVES DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	LIVIO MARTINS ALVES - (CE15942-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200317-37.2024.8.06.0161
Número de ordem	88
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Atualização de Conta
Polo ativo	MARIA JOSE CAVALCANTE
Advogado(s) - Polo ativo	RENATA LOPES CAVALCANTE ARAUJO - (CE34264-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3004759-06.2026.8.06.0000
Número de ordem	89
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Distribuição Dinâmica - Inversão
Polo ativo	GIL DE AQUINO FARIAS
Advogado(s) - Polo ativo	WILLIAM MAGALHAES LESSA - (CE32848-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0008642-66.2019.8.06.0126
Número de ordem	90
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	MARIA FERREIRA LIMA BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo ativo	ROKYLANE GONCALVES BRASIL - (CE31058-A) ROKYLANE GONCALVES BRASIL - (CE31058-A)
Polo passivo	BANCO BRADESCO S/A MARIA FERREIRA LIMA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A) ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3000031-26.2025.8.06.0300
Número de ordem	91
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA MACEDO
Advogado(s) - Polo ativo	RAQUEL MOREIRA DE AMORIM CHAVES - (CE52194-A)
Polo passivo	CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL
Advogado(s) - Polo passivo	ERIK RODRIGUES GOMES - (BA48503-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3015088-14.2025.8.06.0000
Número de ordem	92
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Penhora / Depósito/ Avaliação
Polo ativo	Wellington Tavares registrado(a) civilmente como WELLINGTON TAVARES
Advogado(s) - Polo ativo	WELLINGTON TAVARES - (RN1363)
Polo passivo	CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF
Advogado(s) - Polo passivo	AMANDA DA SILVA ABREU DOS SANTOS - (CE41522-A) EINARDO DE SOUSA LIMA JUNIOR - (CE17226-A) FRANCISCO PONCIANO DE OLIVEIRA JUNIOR - (CE21189-A) FERNANDO SAVIUS PASSOS DE SANTANNA - (CE26074-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0205339-29.2024.8.06.0112
Número de ordem	93
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado

Processo	0205339-29.2024.8.06.0112
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	CICERA CRUZ DOS SANTOS
Advogado(s) - Polo ativo	LUIZA MERCIA FREIRE CORREA - (CE43656-A) IGOR BANDEIRA PEREIRA LEITE - (CE42107-A)
Polo passivo	ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (RJ60359-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3000126-56.2026.8.06.0030
Número de ordem	94
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	ANTONIA ALVES DEODATO
Advogado(s) - Polo ativo	GILMARIO DOMINGOS DE SOUZA - (CE30399-A)
Polo passivo	BRDESCOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3005337-13.2025.8.06.0029
Número de ordem	95
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	ANTONIO MOREIRA DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	RODOLFO PEREIRA TEIXEIRA - (CE45449-A)
Polo passivo	BANCO BMG SA
Advogado(s) - Polo passivo	FABIO FRASATO CAIRES - (SP124809-S)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0187855-53.2018.8.06.0001
Número de ordem	96
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Reajuste contratual
Polo ativo	JOSE ARILO VASCONCELOS DE MENDONCA ESTHER MARIA COUTINHO MENDONCA E VASCONCELOS
Advogado(s) - Polo ativo	MICHELE NAIANE FERNANDES MARINHO - (CE34158-A)
Polo passivo	LUMINAR SAUDE ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A SAUDE
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA

Processo	0187855-53.2018.8.06.0001
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0050519-14.2021.8.06.0094
Número de ordem	97
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Pagamento
Polo ativo	BANCO C6 CONSIGNADO
Advogado(s) - Polo ativo	FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - (PE32766-A)
Polo passivo	MARIA BARROS DIAS DE SOUSA LOPES
Advogado(s) - Polo passivo	MARCOS ROBERIO BEZERRA E SILVA - (CE40141-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3038035-59.2025.8.06.0001
Número de ordem	98
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	JORGE BATISTA SOUSA
Advogado(s) - Polo ativo	RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES - (CE16077-A)
Polo passivo	FACTA FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s) - Polo passivo	DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (CE41218-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0204507-72.2023.8.06.0001
Número de ordem	99
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	BANCO SAFRA S A
Advogado(s) - Polo ativo	EDUARDO CHALFIN - (CE33640-A) LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL SOARES - (PE26571-A) SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE - (PE28490-A)
Polo passivo	MARIA LUIZA DIOGENES SALDANHA
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO ITALO OLIVEIRA CLEMENTE POMPEU - (CE30643-A) DIONNATHAN DUARTE DA SILVA - (CE43029-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0137506-80.2017.8.06.0001
Número de ordem	100
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL

Processo	0137506-80.2017.8.06.0001
Assunto principal	Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR - (CE9075-A)
Polo passivo	MARIA GENILDA DIAS FARIAS Espólio de Jose Arimatea Magalhaes Filho
Advogado(s) - Polo passivo	RAQUEL DIAS MAGALHAES - (CE22808-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200777-14.2024.8.06.0035
Número de ordem	101
�rg�o julgador	3� Gabinete da 5� Câmara de Direito Privado
�rg�o julgador colegiado	5� Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	FRANCISCO SABINO DA COSTA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA - (CE14260-A)
Polo passivo	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo passivo	BRUNO FEIGELSON - (RJ164272-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3002928-20.2026.8.06.0000
Número de ordem	102
�rg�o julgador	3� Gabinete da 5� Câmara de Direito Privado
�rg�o julgador colegiado	5� Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Acess�o
Polo ativo	ANTONIO CLAUDIO MESQUITA GUERRA
Advogado(s) - Polo ativo	NADIA MARIA SARMENTO GUEDES - (CE32488-A)
Polo passivo	FINANCEIRA ALFA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado(s) - Polo passivo	JANAINA ELISA BENELI - (DF23224-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0202381-10.2024.8.06.0035
Número de ordem	103
�rg�o julgador	3� Gabinete da 5� Câmara de Direito Privado
�rg�o julgador colegiado	5� Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Repetição do Indébito
Polo ativo	ASSOCIACAO DE APOSENTADOS MUTUALISTA PARA BENEFICIOS COLETIVOS - AMBEC
Advogado(s) - Polo ativo	DANIEL GERBER - (RS39879-A)
Polo passivo	RAIMUNDA GARCIA DE AZEVEDO
Advogado(s) - Polo passivo	PAULO VENICIO MOREIRA PINHO FILHO - (CE36700-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0868912-83.2014.8.06.0001
Número de ordem	104
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	ROSANA MARIA PINTO SEVERO
Advogado(s) - Polo ativo	FABIANO SILVA TAVORA - (CE15800-A)
Polo passivo	BRUNO COLIMORO ALBERTO AYMAR
Advogado(s) - Polo passivo	GILBERTO COELHO DE ALBUQUERQUE NETO - (CE24915-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0202376-14.2023.8.06.0070
Número de ordem	105
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	IVONETE OLIVEIRA LOPES
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	TOBIAS GUILHERME PONTE DE OLIVEIRA DAVI PINTO FREIRE TRIUMF AGENCIAMENTO E TREINAMENTO LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	GUILHERME EMERENCIANO MASSA LIMA - (PE61854)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3002920-58.2025.8.06.0071
Número de ordem	106
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cancelamento de vôo
Polo ativo	ANA CELIA COSTA E. D. E. P. C.
Advogado(s) - Polo ativo	RAQUEL DE FREITAS SIMEN - (RJ144034-A) MARCUS VINICIUS NAVAS GOBBO - (SP328422-A)
Polo passivo	TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogado(s) - Polo passivo	FABIO RIVELLI - (CE30773-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3035238-47.2024.8.06.0001
Número de ordem	107
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Processo	3035238-47.2024.8.06.0001
Polo ativo	KINTO BRASIL SERVICOS DE MOBILIDADE LTDA.
Advogado(s) - Polo ativo	DENIS ARANHA FERREIRA - (SP200330-A)
Polo passivo	WEMERSON DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado(s) - Polo passivo	REVERTON DE OLIVEIRA CARVALHO - (CE44675-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0248379-06.2024.8.06.0001
Número de ordem	108
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Perdas e Danos
Polo ativo	AUGE PROMOTORA SERVICOS CADASTRAIS LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	DIEGO ALBUQUERQUE LOPES - (CE26053-A) MARCELA SANDERS MELO - (CE50062-A)
Polo passivo	DEIVID MICHEL LUIZ ROCHA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3012693-49.2025.8.06.0000
Número de ordem	109
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Legitimidade Ativa e Passiva
Polo ativo	BRAZIL PARTNER HOLDING E ADMINISTRACAO PATRIMONIAL LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	BRUNO MIGUEL COSTA FELISBERTO - (CE16700-A) DANIEL SOUSA PAIVA - (CE16205-A)
Polo passivo	YVES JEAN CHARLES JOSEPH GEORGE
Advogado(s) - Polo passivo	GABRIELLE MARTINS COELHO - (CE25024) NINA COLACO FACO CAVALCANTE - (CE25841-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0167584-57.2017.8.06.0001
Número de ordem	110
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	CARLOS ALBERTO LIRA BARROS F P FARMACIA PORTUGAL LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	PALOMA BRAGA CHASTINET - (CE18627-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	NEI CALDERON - (SP114904-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3021470-20.2025.8.06.0001
Número de ordem	111
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Rescisão / Resolução
Polo ativo	HRH FORTALEZA EMPREENDIMENTO HOTELEIRO S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	MARIANA DIAS DA SILVA SANTOS - (CE25742-A)
Polo passivo	CRISLENE GOMES CUSTODIO PADILHA
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID GARON CARVALHO - (MT19440/O-A) AMANDA GABRIELA GEHLEN - (MT19506-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3042047-19.2025.8.06.0001
Número de ordem	112
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Material
Polo ativo	CINTIA MENEZES BRUNETTA L. B. M. E. B. M.
Advogado(s) - Polo ativo	ISABELLY CYSNE AUGUSTO MAIA - (CE34932-A) JURACI MOURAO LOPES FILHO - (CE14088-A)
Polo passivo	TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO ROBERTO LEITAO DE ALBUQUERQUE MELO - (CE30771-S)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3003396-81.2026.8.06.0000
Número de ordem	113
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Revisão
Polo ativo	DIEGO SOARES DE FREITAS
Advogado(s) - Polo ativo	LUCIANA TACOLA BECKER - (CE15911-A)
Polo passivo	C. F. B. S. D. F.
Advogado(s) - Polo passivo	MARIA DA CONCEICAO FARIAS MARTINS - (CE32373-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3023405-98.2025.8.06.0000
Número de ordem	114
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Tratamento médico-hospitalar
Polo ativo	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

Processo	3023405-98.2025.8.06.0000
Advogado(s) - Polo ativo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Polo passivo	CARLA MARIA PEREIRA DE MESQUITA
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO CELIO DE SOUSA SANTOS - (CE28376-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3003345-70.2026.8.06.0000
Número de ordem	115
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Fornecimento de Energia Elétrica
Polo ativo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo ativo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Polo passivo	ESCOLA CAMINHOS EDUCACIONAIS LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	JOSE LUCAS MADEIRA DE SOUSA - (CE52225) YASSER DE CASTRO HOLANDA - (CE14781-A) MARCIO CHRISTIAN PONTES CUNHA - (CE14471-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3011505-21.2025.8.06.0000
Número de ordem	116
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Correção Monetária
Polo ativo	PUIG BRASIL COMERCIALIZADORA DE PERFUMES LTDA.
Advogado(s) - Polo ativo	GABRIEL DE BRITTO SILVA - (RJ149510-A)
Polo passivo	SETOR7 TECNOLOGIA LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	MARCELO ANDERSON RAULINO SANTANA - (CE23281-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3008900-02.2025.8.06.0001
Número de ordem	117
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Fornecimento de medicamentos
Polo ativo	L. A. D. C. G. L.
Advogado(s) - Polo ativo	PEDRO HENRIQUE DE CASTRO GONCALVES LEITAO - (CE43654-A)
Polo passivo	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200085-10.2023.8.06.0145
Número de ordem	118
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado

Processo	0200085-10.2023.8.06.0145
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Polo ativo	NATALI TEOFILO DOS SANTOS LOBO
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA - (CE35146-A)
Polo passivo	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - (CE53036-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0238530-44.2023.8.06.0001
Número de ordem	119
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Serviços de Saúde
Polo ativo	FUNDACAO EDSON QUEIROZ Murilo Teixeira
Advogado(s) - Polo ativo	GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JUNIOR - (CE17561-A)
Polo passivo	MARIANA LANDIM MARINHO
Advogado(s) - Polo passivo	NARA PRISCILA PEREIRA DE CASTRO - (CE33065-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0016082-20.2017.8.06.0115
Número de ordem	120
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Material
Polo ativo	LETICIA SAMYA FERREIRA NOGUEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO GILDAZIO OLIVEIRA LIMA - (CE27582-A)
Polo passivo	O & M IMPORTACAO E COMERCIO DE INFORMATICA E ACESSORIOS LTDA B2W COMPANHIA DIGITAL B2W COMPANHIA DIGITAL
Advogado(s) - Polo passivo	THOMAZ JEFFERSON CARVALHO - (PR46035) FELIPE RANGEL DA SILVA - (PR65292)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200097-16.2024.8.06.0104
Número de ordem	121
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Fornecimento de Energia Elétrica
Polo ativo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo ativo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Polo passivo	CARLOS VALMIR DO NASCIMENTO

Processo	0200097-16.2024.8.06.0104
Advogado(s) - Polo passivo	DANIEL BERG GOMES TEIXEIRA - (CE48199-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0261624-26.2020.8.06.0001
Número de ordem	122
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Acidente de Trânsito
Polo ativo	FRANCIMEIRE MONTEIRO DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	GEORGE GABRIEL MARTINS DE PAULA - (CE27814-A)
Polo passivo	TRANSPORTES URBANOS ALIANCA S/A
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0202360-23.2024.8.06.0071
Número de ordem	123
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Direitos da Personalidade
Polo ativo	LUCAS STENIO DOS SANTOS XAVIER
Advogado(s) - Polo ativo	MARCOS RODRIGO FREIRES - (PE58138-A)
Polo passivo	CARAJAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR - (CE16396-A) ANDREA MORAIS ALMEIDA VILAR - (CE23039-A) DIOGO MORAIS ALMEIDA VILAR - (CE19322-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3005202-54.2026.8.06.0000
Número de ordem	124
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Contratos Bancários
Polo ativo	CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado(s) - Polo ativo	LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - (MS8125-A)
Polo passivo	FRANCISCO EDSON DO NASCIMENTO COSTA
Advogado(s) - Polo passivo	CAIO CESAR BRUN CHAGAS - (PR63282-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0243925-80.2024.8.06.0001
Número de ordem	125
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE

Processo	0243925-80.2024.8.06.0001
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Práticas Abusivas
Polo ativo	CRIVIA VALE DE FREITAS OLIVEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	MILENA BARBOSA MONTORIL - (CE18345-A)
Polo passivo	FORTBRASIL ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	AMANDA ARRAES DE ALENCAR PONTES - (CE32111-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3001009-32.2024.8.06.0043
Número de ordem	126
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Busca e Apreensão
Polo ativo	ANTONIO DARLAN DE ARAUJO LOPES
Advogado(s) - Polo ativo	PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA - (CE16629-A)
Polo passivo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	ROSANGELA DA ROSA CORREA - (CE27988-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0183830-65.2016.8.06.0001
Número de ordem	127
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Material
Polo ativo	TAM LINHAS AEREAS
Advogado(s) - Polo ativo	FABIO RIVELLI - (CE30773-A)
Polo passivo	CESE CENTRO EDUCACIONAL SANTO EXPEDITO S/S LTDA - ME
Advogado(s) - Polo passivo	LILIAN MARQUES SARMENTO ROCHA - (CE14016-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3000019-46.2025.8.06.0030
Número de ordem	128
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Perdas e Danos
Polo ativo	MARIA PATROCINIO DE ARAUJO
Advogado(s) - Polo ativo	EDENIA MARA ARAUJO SIQUEIRA - (CE23716-A)
Polo passivo	GABRIELY COMERCIO DE MOVEIS- ME
Advogado(s) - Polo passivo	PAULO VICTOR GOES PINHEIRO - (CE44556-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0203759-06.2024.8.06.0001
Número de ordem	129
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	EUSIVALDO MATIAS CUNHA
Advogado(s) - Polo ativo	JOYCE PERCILIA RODRIGUES DE SOUZA - (CE40517-A)
Polo passivo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3000375-34.2025.8.06.0000
Número de ordem	130
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Liminar
Polo ativo	ANA PAULA GOMES BRITO
Advogado(s) - Polo ativo	BERNARDO DALL MASS FERNANDES - (CE18889-A) TIAGO JOSE SOARES FELIPE - (CE18831-A) HISMAEL MENDES BARROS - (CE20988-A)
Polo passivo	BRADESCO SAUDE S/A
Advogado(s) - Polo passivo	THIAGO PESSOA ROCHA - (PE29650-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0025076-69.2009.8.06.0001
Número de ordem	131
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	ABDR-ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRAFICOS
Advogado(s) - Polo ativo	DALIZIO PORTO BARROS - (SP190398)
Polo passivo	HOZANO LOPES SANTANA
Advogado(s) - Polo passivo	JOSE WILSON NOGUEIRA DA SILVA - (CE6304) JOSE AIRTON MARANHÃO RIBEIRO DA SILVA - (CE4242) FERNANDO ANTONIO SILVEIRA TORRES - (CE7555-A)
Terceiros	Francisco Andre Karbage Nogueira MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200714-84.2023.8.06.0047
Número de ordem	132
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária

Processo	0200714-84.2023.8.06.0047
Polo ativo	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	DENIS ARANHA FERREIRA - (SP200330-A) GRAZIELA CARDOSO DE ARAUJO FERRI - (SP184989-A)
Polo passivo	SINVAL COELHO LIMA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	3009595-22.2026.8.06.0000
Número de ordem	133
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Assistência Judiciária Gratuita
Polo ativo	RESIDENCIAL PACO DE MESSEJANA
Advogado(s) - Polo ativo	TALITA DE FARIAS AZIN - (CE31662-A)
Polo passivo	SEBASTIAO SOARES CAVALCANTE
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0200338-67.2023.8.06.0122
Número de ordem	134
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	JOSE AECIO BARBOSA XAVIER COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo ativo	TEREZA HELENA BEZERRA GRANGEIRO - (CE47493-A) VICTOR HUGO SANTOS FRANCA - (CE46167-A) TEREZA HELENA BEZERRA GRANGEIRO - (CE47493-A) VICTOR HUGO SANTOS FRANCA - (CE46167-A)
Polo passivo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA JOSE AECIO BARBOSA XAVIER
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A) LARISSY FORTALEZA MARQUES - (CE35218-A) ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A) LARISSY FORTALEZA MARQUES - (CE35218-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Não informado

Processo	0250574-66.2021.8.06.0001
Número de ordem	135
Órgão julgador	3º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Polo passivo	ISIS PAIVA CAVALCANTE

Processo	0250574-66.2021.8.06.0001
Advogado(s) - Polo passivo	PEDRO HENRIQUE DE CASTRO GONCALVES LEITAO - (CE43654-A) LOURENA PINHEIRO MESQUITA - (CE48567-A) FABIANA BARROCAS ALVES FARAH - (CE35721-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA ALICE PAIVA DE MENEZES
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0240728-54.2023.8.06.0001
Número de ordem	136
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Dissolução
Polo ativo	THEREZA CRISTINA SMITH RODRIGUES DE CASTRO
Advogado(s) - Polo ativo	LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO - (CE20256-A) WILBER AUGUSTO SILVEIRA DE SOUZA - (CE26279-A) ANA FLAVIA COSTA CAVALCANTE - (CE43367-A) GABRIELA MARTINS CARMO - (CE36362-A) GABRIELA PIMENTEL PESSOA - (CE20680-A)
Polo passivo	MURILO AGUIAR CAMARA
Advogado(s) - Polo passivo	ALINE GURGEL MOTA FERREIRA GOMES - (CE18704-A) FRANCISCO JOSE FONSECA MOTA - (CE3404-A)
Terceiros	MAC IMOVEIS LTDA FORTALEZA PRIMEIRO OFICIO DE REGISTRO CIVIL FRANCISCO JOSE FONSECA MOTA FRANCISCO JOSE FONSECA MOTA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0260119-92.2023.8.06.0001
Número de ordem	137
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Polo ativo	TELEFONICA BRASIL S.A
Advogado(s) - Polo ativo	FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA - (RS80851-A)
Polo passivo	LIVENET SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	RICARDO ARAUJO DE SOUZA FILHO - (CE45947-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3041481-07.2024.8.06.0001
Número de ordem	138
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	ANGEL VERONICA DOS SANTOS DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	LEANDRO DE ARAUJO SAMPAIO - (CE32509-A)
Polo passivo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado

Processo	3041481-07.2024.8.06.0001
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
Número de ordem	139
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	HIARLES EUGENIO MACEDO SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	HIARLES EUGENIO MACEDO SILVA - (SP158779-A)
Polo passivo	LUDWIG CORREIA LIMA BEZERRA FREIRE
Advogado(s) - Polo passivo	JULIANA MATTOS MAGALHAES ROLIM - (CE12800-A)
Terceiros	ADVOCACIA GERAL DA UNIAO

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
Acórdão	ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 5ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO PROCESSO Nº 3000737-85.2023.8.06.0071 - AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL (198) AGRAVANTE: HÍARLES EUGENIO MACEDO SILVA AGRAVADO: LUDWIG CORREIA LIMA BEZERRA FREIRE Ementa: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE DESPACHO SANEADOR. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVA DO DOMÍNIO E DE POSSE INJUSTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME Agravado interno interposto contra decisão monocrática que, com fundamento no art. 932 do CPC, conheceu da apelação e negou-lhe provimento, mantendo sentença que julgou improcedente ação reivindicatória ajuizada com o objetivo de reconhecer a propriedade de veículo Toyota/Hilux e determinar a transferência de titularidade junto ao DETRAN. O autor sustenta nulidade por ausência de despacho saneador e cerceamento de defesa, além de defender a aquisição da propriedade por tradição. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há três questões em discussão: (i) definir se a ausência de despacho saneador (art. 357 do CPC) implica nulidade da sentença; (ii) estabelecer se houve cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado do mérito; e (iii) determinar se estão presentes os requisitos da ação reivindicatória, especialmente a comprovação do domínio e da posse injusta do réu. III. RAZÕES DE DECIDIR O julgamento antecipado do mérito é legítimo quando a causa estiver madura e a controvérsia puder ser solucionada com base em prova documental, nos termos do art. 355, I, do CPC. O despacho saneador previsto no art. 357 do CPC é exigível apenas quando houver necessidade de delimitação de questões fáticas controvertidas e organização da instrução probatória, o que não ocorre quando inexistente requerimento específico e fundamentado de produção de prova. A decretação de nulidade processual exige demonstração de prejuízo, conforme art. 282 do CPC, ônus do qual o agravante não se desincumbe ao deixar de indicar prova concreta cuja produção poderia alterar o resultado do julgamento. Não há cerceamento de defesa quando o magistrado, destinatário da prova, indefere diligências inúteis ou protelatórias e julga antecipadamente a lide com base em elementos documentais suficientes, nos termos do art. 370 do CPC. A ação reivindicatória, nos termos do art. 1.228 do Código Civil, exige prova inequívoca do domínio, da posse injusta do réu e da identidade do bem. O agravante não comprova cadeia dominial válida nem aquisição direta do veículo do agravado, limitando-se a alegar tradição informal de terceiro estranho à lide, sem documentação idônea. O conjunto probatório demonstra que o agravado alienou o veículo a terceira pessoa, com assinatura do DUT e comunicação de transferência,

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	inexistindo prova de que exerça posse ou domínio sobre o bem. A nomeação do agravante como fiel depositário em processo criminal possui natureza processual e não implica transferência de propriedade nem supre a ausência de prova do domínio civil. O agravo interno não impugna de forma específica os fundamentos centrais da decisão monocrática, limitando-se à reiteração de argumentos já apreciados, em desconformidade com o art. 1.021, §1º, do CPC. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso conhecido e desprovido. <i>Tese de julgamento:</i> O julgamento antecipado do mérito é válido quando a controvérsia puder ser solucionada com base na prova documental existente, inexistindo nulidade pela ausência de despacho saneador sem demonstração de prejuízo. A ação reivindicatória exige prova inequívoca do domínio e da posse injusta do réu, não sendo suficiente a alegação de tradição informal desacompanhada de comprovação da cadeia aquisitiva. A nomeação como fiel depositário em processo criminal não transfere a propriedade do bem nem supre a ausência de prova do domínio civil. O agravo interno deve impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, não se prestando à mera rediscussão da matéria já apreciada. <i>Dispositivos relevantes citados:</i> CPC, arts. 355, I, 357, 370, 282, 487, I, 932, 1.021, §1º e §4º, 85, §11, 98, §3º; CC, arts. 1.228 e 1.267. <i>Jurisprudência relevante citada:</i> STF, MS 35.977 AgR, Rel. Min. Nunes Marques, Segunda Turma, j. 29.11.2021; TJ-SP, Apelação Cível nº 1031159-59.2023.8.26.0576, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior, j. 19.03.2025; TJ-RJ, AI nº 0062363-23.2020.8.19.0000, Rel. Des. Ferdinando do Nascimento, j. 13.05.2021; TJ-SC, Apelação nº 0089137-37.2007.8.24.0023, Rel. Des. Gladys Afonso, j. 22.04.2025. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do recurso e NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza-CE, data e hora no sistema. MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA Presidente da Câmara JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO Relator RELATÓRIO Trata-se de agravo interno proposto por HIARLES EUGÊNIO MACEDO SILVA em face da decisão monocrática de ID 30723169 , que conheceu da apelação e negou-lhe provimento, mantendo a sentença de improcedência proferida nos Autos da ação Ação Ordinária, movida pelo Agravante em desfavor de LUDWIG CORREIA LIMA BEZERRA FREIRE, nos seguintes termos: “ Trata-se de Recurso de Apelação interposta por Hiarles Eugênio Macêdo Silva, em face de sentença de ID 20862567 , proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Crato-CE, que julgou improcedente o pedido autoral, nos autos da Ação Ordinária, movida pelo Apelante em desfavor

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	de LUDWIG CORREIA LIMA BEZERRA FREIRE, nos seguintes termos: “Trata-se de Ação Reivindicatória proposta por Hiarles Eugênio Macêdo Silva em face do Comando da Décima Região Militar, devidamente qualificados, aduzindo, em síntese, que adquiriu por tradição e ficou com a guarda e posse do veículo Toyota/Hilux, placas HXW 6627–CE, licenciada em nome de Ludwig Correia Lima Bezerra Freire, porém, no dia 21/10/2013, quando dirigia o veículo nesta cidade, foi abordado por policiais em razão de um BO registrado por terceira pessoa reportando falsa queixa de furto do veículo ocorrido no mês de abril de 2013 e registrado 06 (seis) meses depois, em outubro de 2013, sendo o veículo apreendido e encaminhado para o Juízo Criminal da 1ª Vara Criminal de Crato, ficando vinculado ao processo nº 0010658-56.2022.8.06.0071, que nomeou o Comando da Décima Região Militar como depositário do veículo, sendo emitido Certificado de Registro e Licenciamento PROVISÓRIO de Veículo em nome da referida instituição. Discorreu acerca da aquisição pela tradição e alegou que voltou à posse do veículo, mediante decisão judicial que o nomeou como depositário fiel e mandou expedir ofício ao DETRAN para emitir certificado de registro e licenciamento provisório. Pelo exposto, com os auspícios de gratuidade da justiça, requer a procedência da presente ação reivindicatória determinando que seja transferido para o seu nome a titularidade do certificado de registro e licenciamento do veículo (Id 57897244). Juntou os documentos de Id 57897245 a 57897256. Determinada a intimação do autor para juntar documentos comprobatórios da sua hipossuficiência financeira (Id 58387580). O autor juntou documentos destinados à comprovação da sua hipossuficiência (Id 58583257 / 58583271 e 59593138 / 59593159). Deferida a gratuidade judiciária em favor do autor e determinada a citação do promovido (Id 60429209). A União compareceu aos autos para alegar que o Comando da 10ª Região Militar do Exército Brasileiro não detém personalidade jurídica para ser demandado em Juízo, por ser um órgão despersonalizado da União que é quem detém personalidade jurídica para tanto, o que demanda sua citação, através da Procuradoria da União no Estado do Ceará, na pessoa do Procurador-Chefe da União no Ceará, nos termos do art. 75, inciso I, do CPC, c/c o art. 35 da LC nº 73/1993. Pelo exposto, requer seja processo chamado à ordem para os termos do art. 338 do CPC; e seja regularmente citada, com a renovação do prazo processual, na pessoa de seu Procurador-Chefe (Id 65075152). O autor informou que o Comando da 10ª Região Militar já devolveu/restituiu o veículo ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato que lhe nomeou como depositário fiel do bem, sendo que o veículo lhe foi entregue acompanhado do CRLV registrado em nome de Ludwig Correia Lima Bezerra Freire, CPF: 383.916.003-00, pelo que requer a exclusão do Comando da 10ª Região Militar do polo passivo da demanda e a consequente inclusão de Ludwig Correia Lima Bezerra Freire (Id 70688228 e 70688250). Proferida sentença reconhecendo a ilegitimidade passiva do Comando da 10ª Região Militar e determinando a inclusão de Ludwig Correia Lima Bezerra Freire no polo passivo da lide (Id 87755051). O promovido Ludwig Correia Lima Bezerra Freire foi citado e apresentou contestação (Id 88811937 e 89573215). Preliminarmente, arguiu ilegitimidade passiva por não ser o proprietário do veículo. No mérito, alegou que alienou e entregou o veículo objeto da presente demanda à revendedora de carros, CLEITON VEÍCULOS, ocasião em que assinou o documento de transferência, transferindo a propriedade para SUSANA CLARA BARROS DE ALCÂNTARA, inscrita no CPF nº 613.905.773-68, não tendo mantido nenhuma relação jurídica com o autor, sendo a sua permanência como proprietário do veículo uma irregularidade da compradora que não efetuou a transferência junto ao Detran. Defende que a transferência da propriedade de bem móvel ocorre pela tradição, nos termos do art. 1.267

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	do Código Civil e que, embora não se oponha ao pleito inicial, encontra-se impossibilidade de realizá-lo, pois não é proprietário do veículo em questão e não possui documento de transferência do bem. Também destaca que o veículo possui gravame de alienação fiduciária registrado no Detran. Pelo exposto, requer o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva ou a improcedência do pleito autoral. Juntou os documentos de Id 89573216 a 89573218 . É o Relatório. Decido. Antes de analisar a questão de mérito, importante superar a preliminar de ilegitimidade passiva arguida em sede de contestação. Ilegitimidade Passiva. A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo réu confunde-se com o próprio mérito da demanda, visto que a controvérsia recai justamente sobre a titularidade dominial do veículo. Assim, por depender da análise de provas sobre a alegada alienação anterior e a atual situação do bem, deve ser apreciada conjuntamente com o mérito, razão pela qual rejeito a preliminar. Mérito. A ação reivindicatória tem por objeto a restituição da posse do bem imóvel ou móvel pelo proprietário não possuidor contra o possuidor não proprietário, desde que comprovados: (i) o domínio, (ii) a posse injusta do réu e (iii) a identidade do bem. Assim, nos termos do art. 1.228 do Código Civil, o proprietário tem o direito de reaver a coisa do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Para tanto, exige-se prova inequívoca do domínio, conforme entendimento pacífico da doutrina, senão vejamos: “Para o êxito da ação reivindicatória, impõe-se a comprovação da titularidade dominial, da posse injusta exercida pelo réu e da individualização do bem.” (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol. V, 2019). Com relação ao tema, as lições de Silvio de Sálvio Venosa dizem que: “Ação reivindicatória é ação petitória por excelência. É direito elementar é fundamental do proprietário a sequência; ir buscar a coisa onde se encontra e em poder de quem se encontra. Deflui daí a faculdade de o proprietário recuperar a coisa. Escuda-se no direito de propriedade para reivindicar a coisa do possuidor não proprietário, que a detém indevidamente. É ação real que compete ao titular do domínio para retomar a coisa do poder de terceiro detentor ou possuidor indevido”. (in Direito Civil – Direitos Reais, 11ª ed., editora atlas, São Paulo, 2011, pag. 235). No caso dos autos, verifica-se que o autor não comprovou a aquisição formal do veículo Toyota/Hilux, placas HXW 6627–CE, limitando-se a alegar ter adquirido o bem por “tradição” de terceiro (Luiz Farias Magalhães Filho), pessoa diversa do réu. Por sua vez, o promovido demonstrou que alienou o veículo em abril de 2013 para a pessoa de Susana Clara Barros de Alcântara, mediante preenchimento e assinatura do DUT, registro de compra e venda e comunicação de transferência realizada em cartório, tendo, inclusive, sido informado gravame decorrente de financiamento em nome da compradora, conforme documentos juntados na contestação (Id 89573222 e 89573223). Destaque-se que a alegação do autor de que possui o bem e foi nomeado fiel depositário judicialmente é incontroversa, mas não substitui o requisito essencial da propriedade legítima para fins de ação reivindicatória. Ademais, a jurisprudência pátria tem reiteradamente reconhecido que a propriedade de bem móvel transfere-se pela simples tradição, nos termos do art. 1.267 do Código Civil, sendo o registro no DETRAN ato declaratório e não constitutivo. Assim, a ausência de transferência formal do veículo junto ao órgão de trânsito, por si só, não caracteriza o réu como proprietário, tampouco confere ao autor direito de reivindicação contra ele. Portanto, considerando que o autor não comprova relação jurídica com o réu e que este efetuou a venda do veículo a terceiro, com comunicação ao DETRAN, bem que o autor atualmente detém a posse do veículo por decisão judicial, mas não demonstrou aquisição diretamente do réu, tampouco teve a titularidade transferida em seu nome de forma válida, concluo pela inexistência de posse injusta e pela falta de prova inequívoca do domínio em face do réu, o que inviabiliza a

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	procedência da presente ação reivindicatória. ISSO POSTO e o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC. Suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, §3º do CPC, por ser o autor beneficiário da gratuidade judiciária. P. R. I. Após o trânsito em julgado, archive-se. Crato/CE, 01 de abril de 2025. José Batista de Andrade. Juiz de Direito Titular.” Razões de Apelação apresentadas em ID 20862570 , segue o resumo: O Apelante ajuizou ação reivindicatória visando o reconhecimento da propriedade de um veículo Toyota/Hilux blindado, placas HXW 6627–CE, adquirido em 2013, por meio de transação com Luiz Farias Magalhães Filho. O veículo estava registrado em nome do Apelado. Após ocorrência registrada por terceira pessoa (Susana Clara Barros de Alcântara) informando furto, o bem foi apreendido e enviado ao Juízo Criminal, que o designou posteriormente como fiel depositário. Diante da devolução do veículo ao Juízo Criminal e de a documentação do veículo estar em nome do Apelado, este foi incluído no polo passivo da demanda. O Apelado alegou já ter assinado o DUT em favor de Susana Clara, o que, segundo ele, impossibilitaria a transferência para o Apelante. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente a ação, alegando ausência de prova da aquisição do veículo pelo Apelante. Ausência de despacho saneador (Art. 357 do CPC): O juiz não oportunizou a delimitação das provas nem designou audiência de instrução, o que, segundo o Apelante, configura nulidade absoluta. Cerceamento de defesa: Não houve intimação prévia sobre o julgamento antecipado da lide, impedindo a produção de prova oral, inclusive testemunhal. O Apelante sustenta que: A aquisição do veículo se deu por tradição, forma legal prevista nos artigos 1.226 e 1.267 do Código Civil, sendo desnecessário o registro no Detran para comprovação da propriedade. A posse contínua e de boa-fé do bem, além da decisão judicial que o nomeou fiel depositário, reforça sua condição de proprietário de fato. Cita jurisprudência que reconhece a aquisição da propriedade de bens móveis pela tradição, inclusive com a desnecessidade de registro no órgão administrativo. O acolhimento das preliminares, com a cassação da sentença e o retorno dos autos à origem para saneamento do processo e produção de provas. Alternativamente, no mérito, a reforma da sentença para: Reconhecer que o Apelante é o proprietário do veículo por tradição; Determinar a expedição de ofício ao Detran-CE para que realize a transferência de titularidade para o nome do Apelante, mantendo a isenção de taxas e impostos já deferida anteriormente pela Vara Criminal. Contrarrazões apresentadas em ID 20862575 : O Apelante alega nulidade por não ter sido proferido despacho saneador (art. 357 do CPC). O Apelado sustenta que o despacho saneador não é obrigatório em todos os casos, e só se aplica quando houver necessidade de delimitação das questões fáticas ou instrução probatória. Como não houve pedido de produção de prova e a matéria era de direito, o julgamento antecipado foi legítimo. Reforça que não houve prejuízo processual, como exige o art. 282 do CPC. Refuta a alegação de cerceamento de defesa por falta de intimação quanto ao julgamento antecipado da lide. Afirma que, conforme o art. 355, I, do CPC, é cabível julgamento antecipado quando não houver necessidade de provas. Não houve pedido de prova oral, técnica ou documental adicional por parte do Apelante. O contraditório foi plenamente respeitado e o juízo se baseou em documentos suficientes. A sentença atacada enfrentou todos os aspectos relevantes da causa de forma fundamentada. O Apelado argumenta que, no caso de veículos automotores, a tradição não basta para transferência de propriedade. Alega

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	que, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (arts. 123 e 134, CTB), é essencial o registro da transferência junto ao DETRAN, o que não foi feito pelo Apelante. O Apelante não apresentou DUT assinado em seu favor nem comprovou arquivamento no DETRAN. A ação reivindicatória exige prova de propriedade formal (art. 1.228, CC), não sendo suficiente a posse de boa-fé. A nomeação como fiel depositário no processo criminal não gera direito à propriedade. O Apelado requer: O não acolhimento das preliminares (nulidade e cerceamento). O desprovisionamento da apelação, com manutenção da sentença de improcedência. A condenação do Apelante ao pagamento de honorários recursais, conforme art. 85, §11, do CPC. É o relatório, passo a decidir. Presentes os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso apelo. Primeiramente, é importante ressaltar que, embora a submissão dos casos ao colegiado seja a prática comum nos Tribunais, em conformidade com os princípios da celeridade e economia processual, é permitido ao relator proferir decisões individualmente, quando o assunto em questão for objeto de repetidas análises no Tribunal, conforme estabelecido no artigo 926 do CPC em conjunto com as Súmulas 568 e 253 do Superior Tribunal de Justiça, as quais estabelecem o seguinte, respectivamente: Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. Súmula 568 : O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. Nesse contexto, levando em conta que a questão central já foi amplamente analisada por este respeitável Tribunal de Justiça, entendo que a resolução do processo pode ser feita por meio de julgamento monocrático. I. PRELIMINARES. 1. Da alegada ausência de despacho saneador Não assiste razão ao Apelante. O art. 357 do CPC prevê o saneamento do processo como etapa necessária somente quando houver necessidade de delimitação das questões de fato e produção de provas. No caso dos autos, não houve requerimento específico de produção probatória por parte do Apelante, tampouco foram suscitadas controvérsias fáticas relevantes que exigissem instrução oral ou técnica. Conforme o art. 355, I, do CPC, é plenamente cabível o julgamento antecipado do mérito quando a causa estiver madura para julgamento com base na prova documental constante dos autos, o que ocorreu no presente feito. Além disso, a jurisprudência é pacífica ao entender que não se declara nulidade sem demonstração de prejuízo efetivo, nos termos do art. 282 do CPC. 2. Do suposto cerceamento de defesa. O alegado cerceamento também não merece acolhimento. Não há nos autos requerimento de produção de prova oral, pericial ou de audiência de instrução por parte do Apelante. O processo transcorreu com ampla oportunidade de manifestação e juntada de documentos, tendo sido respeitado o contraditório e a ampla defesa. A ausência de intimação específica sobre o julgamento antecipado, quando não há pendência de produção de prova, não configura nulidade, conforme o entendimento consolidado nos tribunais superiores. Portanto, rejeitam-se as preliminares. II. MÉRITO. A controvérsia recai sobre a titularidade dominial do veículo Toyota/Hilux, placas HXW 6627–CE, e a legitimidade do Apelante para pleitear sua transferência por meio da presente ação reivindicatória. A ação reivindicatória, conforme o art. 1.228 do Código Civil, exige, para sua procedência, a comprovação do domínio, da posse injusta do réu e da identidade do bem. Trata-se de ação petitória, que se distingue da possessória por exigir prova cabal da propriedade. No caso concreto, o Apelante alega que adquiriu o veículo por tradição de terceiro (Luiz Farias Magalhães Filho), sem qualquer documento formal de transferência (DUT). Contudo, o Apelado demonstrou que alienou o veículo a terceiro (Susana Clara Barros de Alcântara), com devida assinatura e registro do DUT, além de comunicação ao DETRAN e existência de gravame de alienação

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	fiduciária, o que comprova a efetiva formalização da transferência, conforme exigência legal contida nos arts. 123 e 134 do CTB. O artigo 123, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que “Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando for transferida a propriedade.” Embora a tradição seja, em regra, meio idôneo de transferência de propriedade de bens móveis (art. 1.267, CC), tal regra não se aplica aos veículos automotores, que estão sujeitos a regulamentação específica, sendo condição constitutiva da propriedade o registro no órgão executivo de trânsito. Trata-se de princípio da especialidade normativa (lex specialis derogat legi generali), que é uma regra fundamental de prevalência normativa que atua como critério de solução de conflitos entre normas jurídicas de diferentes graus de abrangência. Sua correta aplicação garante a racionalidade do sistema normativo, respeita as intenções do legislador e dá maior eficiência à realização da justiça. Destaca-se que prevalece em nosso sistema jurídico o princípio da especialidade, segundo o qual, diante de um eventual conflito aparente entre normas, a lei especial deverá prevalecer em relação à norma geral. A propósito, veja-se a jurisprudência: “EMENTA AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. APLICAÇÃO DA LEI N. 8.443/1992 E RESOLUÇÃO TCU N. 246. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NORMA GERAL. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. 1. Predomina em nosso sistema jurídico o princípio da especialidade, segundo o qual, diante de conflito aparente entre normas, a regra especial deverá prevalecer sobre a geral. 2. A Lei n. 8.443/1992 e a Resolução TCU n. 246, que estabelecem rito processual específico para os embargos de declaração no âmbito do Tribunal de Contas da União e lhes atribuem efeito suspensivo, afastam a incidência do Código de Processo Civil, norma geral a prever que os aclaratórios interrompem o prazo de interposição de recurso (lex specialis derogat legi generali). 3. Agravo interno desprovido. (STF - MS: 35977 DF 0078088-36 .2018.1.00.0000, Relator.: NUNES MARQUES, Data de Julgamento: 29/11/2021, Segunda Turma, Data de Publicação: 08/02/2022).” Além disso, a nomeação do Apelante como fiel depositário judicial em processo criminal não se confunde com aquisição da propriedade, tampouco gera efeitos erga omnes. Trata-se de medida cautelar de natureza processual penal, sem repercussão sobre o domínio civil. Assim, ausente prova do domínio e da existência de relação jurídica com o Apelado no que tange à aquisição do bem, não há que se falar em posse injusta nem em procedência da ação reivindicatória. EMENTA: EMBARGOS DE TERCEIROS - PENHORA SOBRE VEÍCULO - CONTRATO VERBAL - TRADIÇÃO COMPROVADA - PROVA DA PROPRIEDADE MEDIANTE O REGISTRO DA TITULARIDADE JUNTO AO DETRAN - PRESCINDIBILIDADE. - "A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição." (art. 1.267 do CC), assim, a prova da propriedade de veículo automotor não está adstrita à comprovação do registro junto ao DETRAN - Comprovada a aquisição da propriedade do bem mediante a tradição, deve ser desconstituída a penhora judicial realizada sobre o veículo. (TJ-MG - AC: 50026311920218130433, Relator.: Des.(a) Juliana Campos Horta, Data de Julgamento: 27/06/2023, 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 30/06/2023). APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – ALIENAÇÃO DE VEÍCULO SEM COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO ESTADUAL DE TRÂNSITO – OBRIGAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO QUE CABE AO COMPRADOR – TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE PELA TRADIÇÃO – COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DÉBITOS APÓS A VENDA E O PREENCHIMENTO DO RECIBO DE TRANSFERÊNCIA –

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	OBRIGAÇÃO QUE NÃO PODE SER IMPUTADA AO ANTIGO PROPRIETÁRIO – MITIGAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 134, DO CTB – PRECEDENTES DO STJ – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-MS - Apelação Cível: 0800861-70.2021 .8.12.0045 Sidrolândia, Relator.: Des. Lúcio R . da Silveira, Data de Julgamento: 30/11/2023, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 05/12/2023). III. DISPOSITIVO Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 487, I, conheço do recurso e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença de improcedência. Condeno o Apelante ao pagamento dos honorários recursais no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §11, do CPC, suspensa a exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º, do mesmo diploma legal, por ser beneficiário da gratuidade de justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora no sistema. JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO. Relator” A minuta do agravo interno de ID 31848997 , apresenta as seguintes argumentações, em síntese: A decisão monocrática negou seguimento ao recurso de apelação sem apreciar adequadamente os vícios processuais, como a ausência de saneamento e delimitação das provas admitidas. O julgamento antecipado do mérito foi feito sem o necessário anúncio (violação ao art. 357, §3º do CPC), impedindo o contraditório e a ampla defesa, visto que a parte não teve a oportunidade de produzir prova sobre a aquisição do veículo por tradição. Mera ausência de DUT não impede comprovação da propriedade: A jurisprudência citada reforça que, mesmo sem DUT, a tradição pode provar aquisição válida, especialmente quando há provas indiretas como BO, ausência de posse pela suposta vendedora, entre outras. O Agravante requer: O conhecimento e provimento do Agravo Interno, para que se reconheça a nulidade da sentença por ausência da decisão de saneamento e devolução dos autos ao juízo de origem para nova instrução (CPC, art. 357); Caso contrário, que seja anulada a decisão monocrática que negou seguimento à apelação; Caso não seja esse o entendimento, que seja submetido o recurso ao Órgão Colegiado para reapreciação (CPC, art. 1.021, §2º). Contrarrazões em ID 33295258 . Aduz que o agravo interno: - Não impugna de forma específica os fundamentos da decisão agravada (art. 1.021, §1º, CPC); - Busca reabrir a instrução do processo sem demonstrar prejuízo concreto ou indispensabilidade de prova; - Tenta transformar o agravo interno em "nova apelação" ou "segunda chance" processual, o que é vedado. A decisão agravada seguiu o art. 355, I, do CPC, considerando que: - Não havia necessidade de outras provas; - Não houve requerimento de provas pendentes; - O conjunto documental era suficiente ao julgamento antecipado do mérito. Não há violação ao contraditório ou surpresa processual. As partes foram regularmente citadas, apresentaram defesa, juntaram documentos e se manifestaram sobre os elementos constantes dos autos. O agravante não demonstrou: - Prova inequívoca de domínio do bem; - Cadeia aquisitiva válida (não há DUT, nota fiscal ou contrato); - Posse injusta por parte de Ludwig, que não exerce domínio nem detém o bem. A narrativa de aquisição via tradição informal não é válida para fins de

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	reivindicação judicial sem prova de domínio e posse injusta. Requer o não provimento do agravo interno; Majoração dos honorários em favor do agravado; Aplicação de multa (entre 1% e 5%) por litigância recursal infundada, caso o recurso seja rejeitado por unanimidade (art. 1.021, §4º, CPC). É o relatório. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo interno. Nos termos do art. 1.021 do Código de Processo Civil, o agravo interno destina-se à impugnação específica dos fundamentos da decisão monocrática, incumbindo ao agravante demonstrar, de forma objetiva, o desacerto do decisum. No caso em exame, a decisão agravada negou provimento à apelação, mantendo a sentença de improcedência da ação reivindicatória, ao fundamento de que: (i) não houve nulidade por ausência de despacho saneador; (ii) não se verificou cerceamento de defesa; e (iii) o autor não comprovou o domínio do bem nem a posse injusta do réu, requisitos indispensáveis à procedência da ação reivindicatória, nos termos do art. 1.228 do Código Civil. O agravante insiste na nulidade da sentença por ausência de saneamento (art. 357 do CPC) e por suposto julgamento surpresa, bem como sustenta que a aquisição da propriedade teria ocorrido por tradição, sendo desnecessário o DUT ou o registro perante o DETRAN. Não lhe assiste razão. I – DA ALEGADA NULIDADE POR AUSÊNCIA DE SANEAMENTO O art. 357 do Código de Processo Civil estabelece que o saneamento do processo é providência a ser adotada quando houver necessidade de delimitação das questões de fato e organização da instrução probatória. Todavia, conforme dispõe o art. 355, inciso I, do CPC, o julgamento antecipado do mérito é cabível quando a questão for unicamente de direito ou quando não houver necessidade de produção de outras provas. No caso concreto, a controvérsia cinge-se à comprovação do domínio do veículo e à existência de posse injusta pelo réu — elementos que dependem essencialmente de prova documental. Não houve requerimento específico e fundamentado de produção de prova oral ou pericial capaz de alterar o desfecho da demanda. Ademais, nos termos do art. 282 do CPC, não se declara nulidade sem demonstração de prejuízo. O agravante não demonstrou qual prova concreta pretendia produzir, tampouco de que modo sua ausência influenciaria o julgamento da causa. Assim, inexistindo necessidade de dilação probatória, mostra-se legítimo o julgamento antecipado do mérito, inexistindo violação ao art. 357 do CPC. APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA C.C. INDENIZATÓRIA- INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA- CERCEAMENTO DE DEFESA – Julgamento antecipado da lide- Pretensão de dilação probatória– Desnecessidade – Controvérsia que pode ser solucionada apenas à luz dos documentos carreados aos autos– Nulidade- Inocorrência: – Não há cerceamento de defesa quando a matéria controvertida independe de dilação probatória, podendo ser analisada apenas à luz dos documentos já carreados aos autos. Dever do magistrado de indeferir a produção de provas inócuas à solução da controvérsia . Exegese do artigo 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil. AÇÃO DECLARATÓRIA C.C. INDENIZATÓRIA – Alegação de desconhecimento dos débitos lançados em cadastro de proteção ao crédito – Comprovação da existência do contrato e do débito com relação a

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	apenas um– Pleitos de declaração de inexigibilidade e retirada do nome do consumidor de cadastros de proteção de crédito – Impossibilidade- Débito cuja origem não foi demonstrada- Inexigibilidade- Existência de inscrição legítima anterior- Inexistência de dever de indenizar - Inteligência da Súmula 385 do STJ: – A inclusão do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito, por débito cuja existência foi demonstrada pelo réu, deve ser considerada lícita . Por outro lado, cabível o reconhecimento de inexigibilidade e determinação do cancelamento definitivo do desabono com relação àquele cuja origem não restou demonstrada. Conforme dispõe a Súmula nº 385 do STJ, da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento. CESSÃO DE CRÉDITO - Existência de cessão de crédito válida- Notificação do devedor- Não ocorrência- Nulidade do negócio – Inexistência- Dívida se mantém exigível - Obrigação pelo pagamento - Ocorrência: - A ausência de notificação do devedor, conforme dispõe o art. 290 do Código Civil, não impossibilita que o cessionário se valha das vias judiciais e extrajudiciais para exercício do direito creditício cedido, sendo que a dívida se mantém exigível, bem como a obrigação do devedor pelo pagamento . RECURSO PROVIDO EM PARTE. (TJ-SP - Apelação Cível: 10311595920238260576 São José do Rio Preto, Relator.: Nelson Jorge Júnior, Data de Julgamento: 19/03/2025, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/03/2025). II – DO ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA Também não procede a alegação de cerceamento. O contraditório foi plenamente observado. As partes foram regularmente citadas, apresentaram suas manifestações e juntaram documentos. A ausência de intimação específica para ciência do julgamento antecipado não configura nulidade quando não há requerimento pendente de prova nem controvérsia fática que exija instrução. A jurisprudência é pacífica no sentido de que o magistrado é o destinatário da prova, podendo indeferir diligências inúteis ou protelatórias (art. 370 do CPC), sem que isso implique cerceamento. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PERDAS E DANOS. INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL. INCONFORMISMO DO AGRAVANTE . CABE AO MAGISTRADO INDEFERIR AS DILIGÊNCIAS QUE ENTENDER INÚTEIS OU MERAMENTE PROTELATÓRIAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. Sendo o magistrado destinatário da prova, cabe a ele fundamentadamente indeferir as diligências que entender inúteis ou meramente protelatórias, nos termos do art. 370, parágrafo único, do CPC . Assim, no caso em tela, não se mostra imprescindível a produção de prova pericial, visto que a controvérsia, neste momento, se resume a definição sobre quem deu causa a demora na instalação e se tal demora geraria o dano moral perquirido pela agravante, elementos suficientes para o convencimento do juiz. Inexiste violação aos princípios do contraditório e ampla defesa diante do indeferimento de meios de prova, devendo ser produzidas provas pertinentes e suficientes para o deslinde do caso em questão. Manutenção da decisão. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJ-RJ - AGRAVO DE INSTRUMENTO: 00623632320208190000 202000274399, Relator.: Des(a). FERDINALDO DO NASCIMENTO, Data de Julgamento: 13/05/2021, VIGESIMA PRIMEIRA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 19ª CÂMARA CÍVEL), Data de Publicação: 17/05/2021). DO MÉRITO RECURSAL No mérito, a decisão agravada está em plena consonância com o conjunto probatório dos autos. A ação reivindicatória exige prova inequívoca: do domínio; da posse injusta do réu; e

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	da identidade do bem. No caso, o próprio acervo probatório demonstra que o agravado alienou o veículo a terceira pessoa, com assinatura do DUT e comunicação de transferência. Não há qualquer elemento que indique posse ou domínio atual exercido pelo agravado. O agravante afirma ter adquirido o veículo por tradição de terceiro estranho à lide, sem comprovação documental idônea da cadeia dominial. Ainda que se admita que a propriedade de bens móveis possa se transferir pela tradição (art. 1.267 do Código Civil), tal circunstância não supre a ausência de demonstração da cadeia aquisitiva regular nem comprova que o réu detenha posse injusta. A nomeação do agravante como fiel depositário em processo criminal não lhe confere domínio civil, tratando-se de medida de natureza processual, sem efeito translativo de propriedade. Destaca-se, ademais, que o agravado não exerce posse sobre o bem, circunstância que por si só inviabiliza a ação reivindicatória, cuja essência é a retomada da coisa de quem injustamente a detenha. Portanto, permanece íntegra a conclusão de que não restaram preenchidos os requisitos do art. 1.228 do Código Civil. DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA Observa-se, ainda, que o agravo interno limita-se a reiterar argumentos já enfrentados na decisão monocrática, sem infirmar especificamente seus fundamentos, o que contraria o disposto no art. 1.021, §1º, do CPC. O recurso não se presta à rediscussão genérica da matéria já apreciada, tampouco constitui sucedâneo recursal para reapreciação ampla do mérito. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA EM JULGAMENTO MONOCRÁTICO. IMPOSSIBILIDADE . RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática desta Desembargadora Relatora, fundamentada em jurisprudência consolidada . A parte agravante busca a reforma da decisão, diante da insatisfação com os fundamentos apresentados. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) saber se é cabível a rediscussão das matérias já decididas em julgamento monocrático; e (ii) saber se a decisão recorrida está em conformidade com as súmulas e jurisprudência dominante . III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O agravo interno não se presta à rediscussão das matérias já analisadas na decisão unipessoal, conforme previsto no art. 1.021, § 1º, do CPC. A parte agravante não impugnou a ausência dos requisitos que permitiriam a análise sumária do pleito recursal. 4. A decisão recorrida foi proferida em consonância com as súmulas e julgados que a respaldam, não havendo razões para sua reforma . A parte agravante busca, na verdade, a reavaliação de fundamentos que não lhe foram favoráveis, o que não é permitido. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso conhecido e desprovido . Tese de julgamento: "1. Não é cabível a rediscussão de matérias decididas em julgamento monocrático. 2. A decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência dominante ." Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 932; Regimento Interno do Tribunal, art. 132, XVI. Jurisprudência relevante citada: STF, AgR no ARE 822 .641, Rel. Min. Edson Fachin, 1ª Turma, j. 23 .10.2015; STJ, Apelação n. 5042003-46.2022 .8.24.0008, Des. Rel . Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 30-01-2024; STJ, Apelação n. 5003497-46.2020 .8.24.0048, Des. Rel . Jairo Fernandes Gonçalves, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 04-04-2023; STJ, Apelação n. 5005853-41.2023 .8.24.0005, Desa. Rel . Cláudia Lambert de Faria, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 24-10-2023. (TJSC, Apelação n. 0089137-37 .2007.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel . Gladys Afonso, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 22-04-2025). (TJ-SC - Apelação: 00891373720078240023, Relator.: Gladys Afonso, Data de Julgamento:

Processo	3000737-85.2023.8.06.0071
	22/04/2025, Quinta Câmara de Direito Civil). DA MULTA DO ART. 1.021, §4º, DO CPC A aplicação da multa prevista no §4º do art. 1.021 do CPC exige manifesta inadmissibilidade ou caráter protelatório evidente, circunstância que, embora o recurso não mereça provimento, não se revela de forma inequívoca no presente caso. Assim, deixo de aplicar a penalidade. DISPOSITIVO Por todo o exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao agravo interno, mantendo integralmente a decisão monocrática agravada. Majoro os honorários advocatícios em favor do agravado em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §11, do CPC, permanecendo suspensa a exigibilidade, na forma do art. 98, §3º, do mesmo diploma legal, por ser o agravante beneficiário da gratuidade da justiça. É como voto. JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO Relator

Processo	3098597-34.2025.8.06.0001
Número de ordem	140
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	MARCOS CONCEICAO LELIS
Advogado(s) - Polo ativo	DIRCEU ANTONIO BRITO JORGE - (CE21648-A)
Polo passivo	BANCO AGIBANK S.A
Advogado(s) - Polo passivo	BRUNO FEIGELSON - (RJ164272-A) PETERSON DOS SANTOS - (SP336353-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200269-13.2022.8.06.0076
Número de ordem	141
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	BANCO VOTORANTIM S.A.
Advogado(s) - Polo ativo	JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - (BA17023-A)
Polo passivo	LUCIA GONCALVES DE FREITAS
Advogado(s) - Polo passivo	LILIAN VIDAL PINHEIRO - (SP340877-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200664-93.2024.8.06.0121
Número de ordem	142
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	LIDUINA MARIA RIBEIRO AIRES
Advogado(s) - Polo ativo	DIEGO HYURY ARRUDA - (CE36038-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0291498-22.2021.8.06.0001
Número de ordem	143
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	JOSE MOREIRA DA SILVA FILHO
Advogado(s) - Polo ativo	HELSON LIMA MAIA JUNIOR - (CE22455-A) MOYSES BARJUD MARQUES - (CE13496-A)
Polo passivo	JOSE MOREIRA DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	ANDRE LUIZ MAGALHAES - (CE14820-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3003007-25.2025.8.06.0035
Número de ordem	144
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	MARIA LUIZA MOURA DOS SANTOS
Advogado(s) - Polo ativo	RODRIGO ANDRADE DO NASCIMENTO - (RN11195-A)
Polo passivo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0010601-46.2019.8.06.0070
Número de ordem	145
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Usucapião Extraordinária
Polo ativo	MANOEL RODRIGUES MOTA TEREZA SERVULO DA MOTA
Advogado(s) - Polo ativo	FLAVIO BARBOZA MATOS - (CE28410-A) INGRID IRIS VIEIRA DANTAS - (CE52657-A)

Processo	0010601-46.2019.8.06.0070
Polo passivo	ESPÓLIO DE JÚLIA RODRIGUES MOTA ESPÓLIO DE JOSÉ SOARES MOTA
Advogado(s) - Polo passivo	JOSE VALDONIO COSTA - (CE10901-A) GAUDENIO SANTIAGO DO CARMO - (CE20944-A)
Terceiros	Maria Edvanira Aurelio Nascimento ADVOCACIA GERAL DA UNIAO MIGUEL MORENO DOS SANTOS MUNICIPIO DE CRATEUS INALDO FERNANDES DE AZEVEDO ESTADO DO CEARA ANTONIO MARCOS OLIVEIRA JOSE MARIA COELHO MORAIS GABRIEL SOARES EVANGELISTA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0184345-03.2016.8.06.0001
Número de ordem	146
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Renda Mensal Vitalícia
Polo ativo	CLEIDE FARIAS AMORIM
Advogado(s) - Polo ativo	CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ - (CE5496-A) EDISON TEIXEIRA SILVA - (CE34937-A)
Polo passivo	CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO PONCIANO DE OLIVEIRA JUNIOR - (CE21189-A) LILIAN DANIELLE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - (CE27265-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200052-81.2024.8.06.0178
Número de ordem	147
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Fornecimento de Energia Elétrica
Polo ativo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo ativo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Polo passivo	UDARIO VIEIRA DOS SANTOS
Advogado(s) - Polo passivo	NIEFSON BRUNO OLIVEIRA SANTOS - (CE27438-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0123285-58.2018.8.06.0001
Número de ordem	148
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Transferência de cotas
Polo ativo	SALVATORE CASTIGLIOLA

Processo	0123285-58.2018.8.06.0001
Advogado(s) - Polo ativo	DARIO AMANCIO DE ASSIS - (CE12888-A) ANTONIO EDGAR VASCONCELOS OLIVEIRA - (CE39738-A)
Polo passivo	LUIS MARCELO DE ARAUJO VOLPI FRANCISCO JOSE RODRIGUES DE MEDEIROS
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCIVALDO COSTA PEREIRA - (CE15240-A)
Terceiros	ANDREA MARIA DE SENNA MARQUES MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA Advogado: EDGAR VASCONCELOS ANTONIO EDGAR VASCONCELOS OLIVEIRA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0161717-54.2015.8.06.0001
Número de ordem	149
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Competência da Justiça Estadual
Polo ativo	MARIA MARLUCE MOREIRA PINTO MM PARTICIPACOES LTDA JOSE MOZART MARTINS DA SILVA TANIA MARIA MOREIRA MARTINS
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO WELTON LINHARES DEMETRIO DE SOUZA - (CE10250-A)
Polo passivo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo passivo	TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAES DUARTE - (CE3869-A) FLAVIA HOLANDA DUARTE - (CE17798-A) RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA - (CE8985-A) MARCEL DE OLIVEIRA FRANCO ALVARENGA - (CE13875-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3000295-17.2026.8.06.0071
Número de ordem	150
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	MARIA DO SOCORRO SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	MANOEL JOBSON TEIXEIRA - (CE37346-A) LEONARDO SOCRATES MARQUES BASTOS - (PB22838-A) ARTHUR MIKAEL MARQUES BASTOS - (CE35840-A)
Polo passivo	ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3009999-91.2025.8.06.0167
Número de ordem	151
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Defeito, nulidade ou anulação
Polo ativo	BANCO BRADESCO S/A

Processo	3009999-91.2025.8.06.0167
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR - (CE9075-A)
Polo passivo	V. M. TINTAS LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO BRUNO MARTINS DE ANDRADE - (CE46547-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3000691-13.2023.8.06.0034
Número de ordem	152
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Seguro
Polo ativo	CAIXA SEGURADORA S/A
Advogado(s) - Polo ativo	EDUARDO JOSE DE SOUZA LIMA FORNELLOS - (PE28240-A)
Polo passivo	FRANCISCO ROBERIO ALVES DE SOUZA
Advogado(s) - Polo passivo	ORLANDO LEAL FREIRE - (RO5117-A) CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - (RO3010-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3000869-62.2025.8.06.0075
Número de ordem	153
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Fornecimento de insumos
Polo ativo	BRADERCO SAUDE S/A
Advogado(s) - Polo ativo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Polo passivo	J. G. Y.
Advogado(s) - Polo passivo	RAFAEL PARANHOS DE LIRA - (RJ137927)
Terceiros	BRUNA BARBARA VALERO GUANDALINI YAMASHITA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3002079-48.2025.8.06.0173
Número de ordem	154
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Repetição do Indébito
Polo ativo	ANTONIO ALEXANDRE RODRIGUES
Advogado(s) - Polo ativo	FILIPPE MACHADO MAGALHAES AMORIM - (CE44977-A)
Polo passivo	ODONTOPREV S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO - (BA11552-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3010766-45.2025.8.06.0001
Número de ordem	155
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado

Processo	3010766-45.2025.8.06.0001
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Seguro
Polo ativo	TEREZINHA DE JESUS BRAIDE LOPES
Advogado(s) - Polo ativo	BRUNO BOYADJIAN SOBREIRA - (CE38828-A)
Polo passivo	BANCO VOLKSWAGEN S.A. CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - (PE23289-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200591-45.2024.8.06.0114
Número de ordem	156
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Seguro
Polo ativo	LUIZ MARTINS BARBOSA
Advogado(s) - Polo ativo	RENATO ALVES DE MELO - (CE29801-A) JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE - (CE42362-A) VANESSA LIMA DE OLIVEIRA - (CE41177-A)
Polo passivo	PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	JOANA GONCALVES VARGAS - (RS75798-A) PRISCILA SCHMIDT CASEMIRO - (MS13312-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3001282-50.2025.8.06.0051
Número de ordem	157
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	BRADESCO CAPITALIZACAO S/A
Advogado(s) - Polo ativo	THIAGO BARREIRA ROMCY - (CE23900-A)
Polo passivo	LUIS EVELTON DO NASCIMENTO SOUSA
Advogado(s) - Polo passivo	ALBERT LIMA CAVALCANTE - (CE40349-A) INGRID NAIRA PONTES QUARIGUASY - (CE47361-A)
Terceiros	ANTONIA FERREIRA DO NASCIMENTO SOUSA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0190976-55.2019.8.06.0001
Número de ordem	158
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	Banco do Brasil S.A

Processo	0190976-55.2019.8.06.0001
Advogado(s) - Polo ativo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Polo passivo	JOAO BATISTA CANARIO NETO
Advogado(s) - Polo passivo	GERSON SAMI BEZERRA PEIXOTO - (CE30479-A) THIAGO HARLEY PAULO - (CE39977-A)
Terceiros	ALLAN PINHEIRO HOLANDA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3000498-67.2025.8.06.0053
Número de ordem	159
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Polo ativo	JOAO EVANGELISTA EUGENE DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	CLEIDIANE MARQUES DA SILVA - (CE46065-A)
Polo passivo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0267679-51.2024.8.06.0001
Número de ordem	160
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	FRANCISCA MOTA OLIVEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	RONI FURTADO BORGIO - (CE46072-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3006172-72.2025.8.06.0167
Número de ordem	161
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Perdas e Danos
Polo ativo	LIDUINA FERREIRA DE SOUZA
Advogado(s) - Polo ativo	ENAILE BARRETO COSTA - (CE42708-A)
Polo passivo	NU FINANCEIRA S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s) - Polo passivo	MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES - (PE21449-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0212453-61.2024.8.06.0001
Número de ordem	162
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado

Processo	0212453-61.2024.8.06.0001
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	MARIA TERESA PIRES DE SIQUEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	MAURO BERNARDES SERPA MACIEL - (CE12363-A) AMANDA RABELO MACIEL - (CE18893-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3041024-72.2024.8.06.0001
Número de ordem	163
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Superendividamento
Polo ativo	EVANDRO ALEXANDRIA FALCAO
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	BANCO DAYCOVAL S/A FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF CAIXA ECONOMICA FEDERAL BANCO PAN S.A. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0202619-39.2024.8.06.0064
Número de ordem	164
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Empréstimo consignado
Polo ativo	BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado(s) - Polo ativo	NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (RJ60359-A)
Polo passivo	CILENILDA LIMA JARDIM
Advogado(s) - Polo passivo	EMILIA MARTINS CAVALCANTE - (CE26758-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200536-92.2023.8.06.0029
Número de ordem	165
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	FRANCISCO NUNES DE MELO ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.

Processo	0200536-92.2023.8.06.0029
Advogado(s) - Polo ativo	DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR - (CE27346-A) ANTONIO FERREIRA BEZERRA - (CE26246-A) ANTONIO FERREIRA BEZERRA - (CE26246-A) DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR - (CE27346-A)
Polo passivo	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. FRANCISCO NUNES DE MELO
Advogado(s) - Polo passivo	ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A) ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado
Processo	3003578-85.2025.8.06.0167
Número de ordem	166
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	ROBERTO LINHARES GUERRA CUNHA
Advogado(s) - Polo ativo	JOELENA MENDONCA PARENTE - (CE25847-A) JOAO RAFAEL BEZERRA FELIZOLA TORRES - (CE26098-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	WILSON SALES BELCHIOR - (CE17314-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado
Processo	3002114-08.2026.8.06.0000
Número de ordem	167
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Fraude Bancária
Polo ativo	FRANCISCO ROZA DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	FRANCISCO EVERTON BEZERRA LOPES - (CE44908-A)
Polo passivo	BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (PE23255-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado
Processo	3008661-61.2026.8.06.0001
Número de ordem	168
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Atualização de Conta
Polo ativo	MARIA LUIZA SANTIAGO DA SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	GABRIEL DINIZ DA COSTA - (RS63407-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0223707-31.2024.8.06.0001
Número de ordem	169
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Exoneração
Polo ativo	MICHAEL ANDERSON DE SOUSA NUNES
Advogado(s) - Polo ativo	JORGE LUIZ BINDA FREIRE - (CE10360-A)
Polo passivo	FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS NUNES
Advogado(s) - Polo passivo	LOUANYA KAROL FERREIRA DA SILVA - (CE40900-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200326-87.2024.8.06.0164
Número de ordem	170
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Promessa de Compra e Venda
Polo ativo	LUIS CARLOS ALCANTARA WEYNE
Advogado(s) - Polo ativo	MARIANA CHAVES MACEDO DE SOUSA - (CE47821) JOSE DANILO CORREIA MOTA FILHO - (CE8475-A)
Polo passivo	IBITU ENERGIAS RENOVAVEIS SA
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO LOYO DE MEIRA LINS - (PE21415-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3064289-69.2025.8.06.0001
Número de ordem	171
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Retificação
Polo ativo	ALEXANDRE PAULA PESSOA DE PAULA
Advogado(s) - Polo ativo	ALEXANDRE PAULA PESSOA DE PAULA - (CE25564)
Polo passivo	JOSE ANDERSON CISNE REGISTRO DE IMOVEIS DA 1 ZONA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3024447-85.2025.8.06.0000
Número de ordem	172
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Duplicata
Polo ativo	FORTEX INDUSTRIA QUIMICA LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	LEONARDO SOUZA DE FREITAS - (CE25232-A)

Processo	3024447-85.2025.8.06.0000
Polo passivo	R&E CONSTRUÇOES LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0115443-90.2019.8.06.0001
Número de ordem	173
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Veículos
Polo ativo	MARCUS OSIRIO SOARES SIQUEIRA
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	Josue Ferreira Neto
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Publica
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0010215-87.2023.8.06.0001
Número de ordem	174
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	PASEP
Polo ativo	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNIC DE FORTALEZA
Advogado(s) - Polo ativo	KARYNE CAMPOS LOPES - (CE25336-A) RENAN BEZERRA CAVALCANTE - (CE24364-A) THIAGO CAMARA LOUREIRO - (CE19245-A) LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO - (CE26511-B) RONI FURTADO BORGIO - (CE46072-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	NATALY KARINE ALBUQUERQUE DE CASTRO - (CE13884-A)
Terceiros	Banco do Brasil S.A
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3001501-54.2025.8.06.0054
Número de ordem	175
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	GENIVAL DE CARVALHO SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	GILMARIO DOMINGOS DE SOUZA - (CE30399-A)
Polo passivo	BRADESCO SEGUROS S/A
Advogado(s) - Polo passivo	PAULO EDUARDO PRADO - (CE24314-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0637939-20.2023.8.06.0000
Número de ordem	176
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Responsabilidade dos sócios e administradores
Polo ativo	RUI BARROS LEAL FARIAS
Advogado(s) - Polo ativo	RUI BARROS LEAL FARIAS - (CE16411-A)
Polo passivo	IRACEMA INDUSTRIA E COMERCIO DE CASTANHAS DE CAJU LTDA FALIDO POTENGI INDUSTRIA E COMERCIO DE CASTANHA DE CAJU LTDA FALIDO
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0271442-60.2024.8.06.0001
Número de ordem	177
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alimentos
Polo ativo	LARISSA NOAH DE CARVALHO BRAGA NUNES
Advogado(s) - Polo ativo	LARISSA NOAH DE CARVALHO BRAGA NUNES - (CE32801-A)
Polo passivo	YSRAEL MOURA GARCIA
Advogado(s) - Polo passivo	MARIA ERILUCIA DE ABREU - (CE35468-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0006615-25.2012.8.06.0169
Número de ordem	178
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Reconhecimento / Dissolução
Polo ativo	JOSE ROBERTO DIOGENES PINTO
Advogado(s) - Polo ativo	EMMANUEL BEZERRA BORGES DOS SANTOS - (CE7188-A) DEJARINO COSTA DOS SANTOS FILHO - (CE13705-A)
Polo passivo	REGINA PAULA DE FREITAS MAIA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIA GONDIM FREIRE - (RN7585) AURINEIDE GONDIM FREIRE - (RN2679-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3002645-28.2025.8.06.0001
Número de ordem	179
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cédula de Crédito Bancário
Polo ativo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE INACIO ROSA BARREIRA - (CE8151-A)

Processo	3002645-28.2025.8.06.0001
Polo passivo	ALO BATERIAS LTDA MARCOS AURELIO ALVES PEIXOTO MATHEUS DIAS PEIXOTO MARINETE DA SILVA DIAS
Advogado(s) - Polo passivo	ANDREA MARIA PEREIRA TAVARES - (CE44623-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3009419-43.2026.8.06.0000
Número de ordem	180
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Tutela de Urgência
Polo ativo	P. T. L. D. S. ANA CAROLINE AMARAL LIMA
Advogado(s) - Polo ativo	LUCILADY SILVA FERREIRA - (SP450576) RICARDO DA COSTA - (SP427972)
Polo passivo	BANCO C6 CONSIGNADO
Advogado(s) - Polo passivo	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - (CE49416-A)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3035670-32.2025.8.06.0001
Número de ordem	181
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigações de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	FLAVIA MARIA CASTRO ALMEIDA
Advogado(s) - Polo ativo	ALINNE SARAIVA BRISENO - (CE52825-A)
Polo passivo	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
Advogado(s) - Polo passivo	FRANCISCO JOSE ALMEIDA SEVERIANO - (CE21834-A) IGOR MACEDO FACO - (CE16470-A) ANDRE MENESCAL GUEDES - (CE23931-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3008801-98.2026.8.06.0000
Número de ordem	182
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Assunto principal	Liminar
Polo ativo	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
Advogado(s) - Polo ativo	ANDRE MENESCAL GUEDES - (CE23931-A) IGOR MACEDO FACO - (CE16470-A)
Polo passivo	PEDRO ROBERTO DE MATOS MESQUITA
Advogado(s) - Polo passivo	THIAGO MELO FACANHA - (CE36659-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3002223-79.2025.8.06.0154
Número de ordem	183
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Moral
Polo ativo	ELIANE CAVALCANTE DE LIMA MOREIRA
Advogado(s) - Polo ativo	SOLERIA GOES ALVES - (CE29892-A)
Polo passivo	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Advogado(s) - Polo passivo	ANTONIO CLETO GOMES - (CE5864-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0153865-76.2015.8.06.0001
Número de ordem	184
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Interpretação / Revisão de Contrato
Polo ativo	INSTITUTO EDUCACIONAL CHRISTUS LTDA - ME
Advogado(s) - Polo ativo	GERMANA VASCONCELOS DE ALCANTARA - (CE14966-A) KELINE JOSUE MAGALHAES - (CE30265-A)
Polo passivo	Banco do Brasil S.A
Advogado(s) - Polo passivo	JOSE INACIO ROSA BARREIRA - (CE8151-A)
Terceiros	GUILHERME PINHEIRO DE FIGUEIREDO
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200780-06.2023.8.06.0034
Número de ordem	185
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Capitalização / Anatocismo
Polo ativo	FRANCISCO LEANDRO BRITO COSTA
Advogado(s) - Polo ativo	RENATO FIORAVANTE DO AMARAL - (SP349410-A)
Polo passivo	BANCO VOTORANTIM S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - (BA17023-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200031-39.2024.8.06.0297
Número de ordem	186
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cédula de Crédito Bancário
Polo ativo	J R DE SOUSA FARMACIA JOAO RICARDO DE SOUSA
Advogado(s) - Polo ativo	KAIO GALVAO DE CASTRO - (CE31507-A) LUCAS PINHEIRO CAVALCANTE CIDRAO - (CE34508-A)

Processo	0200031-39.2024.8.06.0297
Polo passivo	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	DAVID SOMBRA PEIXOTO - (CE16477-A) HENRIQUE GINESTE SCHROEDER - (SC3780-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0050225-48.2021.8.06.0130
Número de ordem	187
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Investigação de Paternidade
Polo ativo	BRIAN BELLANDI DA CUNHA E SILVA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE RICARDO PRUDENTE - (SP226832) ELIETE APARECIDA DO AMARAL SOUZA - (SP126389-A) JOSE LUIZ ALVES DOS SANTOS - (SP295688)
Polo passivo	L. L. ANTONIA FABIOLA AZEVEDO LOPES
Advogado(s) - Polo passivo	FERNANDA PATRICIA LIMA DE OLIVEIRA PUCCI - (CE17848-A) ANA KAROLINE AZEVEDO LOPES - (CE49707)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0212776-66.2024.8.06.0001
Número de ordem	188
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Seguro
Polo ativo	KACIANNE ROSE CASTRO DE SOUSA
Advogado(s) - Polo ativo	Não informado
Polo passivo	AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogado(s) - Polo passivo	IGOR CAMPOS CUSTODIO DA SILVA - (SP312849-A) DANILO FERREIRA GOMES - (SP254508-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0050829-40.2020.8.06.0034
Número de ordem	189
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo ativo	LEANDRO SANTOS SAMPAIO JANIELLE HONORIO ALCANTARA SAMPAIO
Advogado(s) - Polo ativo	GUSTAVO REBELO DE CAMPOS - (CE35289-A)
Polo passivo	CONSORCIO CONDOMINIO GOLF VILLE II CONSTRUTORA COLMEIA S/A FAVO S A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES BANCO BRADESCO S/A BRISA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Processo	0050829-40.2020.8.06.0034
Advogado(s) - Polo passivo	JULIO NOGUEIRA MILITAO NETO - (CE3144-A) PEDRO FELIPE ROLIM MILITAO - (CE25091-A) VICTORIA ROLIM MEDEIROS - (CE46713-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200577-19.2023.8.06.0107
Número de ordem	190
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogado(s) - Polo ativo	MARIA LUCILIA GOMES - (CE16018-A) AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (CE23189-A)
Polo passivo	KAYO HERIC MENDES GOMES
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0006518-12.2015.8.06.0107
Número de ordem	191
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cheque
Polo ativo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo ativo	EURIVALDO CARDOSO DE BRITO - (CE16196-A) LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES - (CE22373-A) TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR - (CE7216-A)
Polo passivo	FRANCISCO EMIDIO DA SILVA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3003300-97.2025.8.06.0001
Número de ordem	192
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Seguro
Polo ativo	JONAS BEZERRA DOS SANTOS JUNIOR
Advogado(s) - Polo ativo	BRUNO BOYADJIAN SOBREIRA - (CE38828-A)
Polo passivo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. SANTANDER AUTO S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	GLAUCO GOMES MADUREIRA - (SP188483-A) HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - (SP221386-A) VIVIANE DOS REIS FERREIRA - (SP464767-A) RICARDO LUIZ CESARIO JUNIOR - (SP390779-A)
Terceiros	Não informado

Processo	3003300-97.2025.8.06.0001
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0200293-67.2023.8.06.0056
Número de ordem	193
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Prestação de Serviços
Polo ativo	FRANCISCO DAS CHAGAS QUEIROZ TIBURCIO
Advogado(s) - Polo ativo	RENAN BARBOSA DE AZEVEDO - (CE23112-A) ANITA GRAZIELLE RODRIGUES BARBOSA - (CE28617-A) KLEBER CASIMIRO CAVALCANTE - (CE26062-A)
Polo passivo	AMBEV S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO - (PE33668-A) INGRID GADELHA DE ANDRADE NEVES - (PB15488-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0214935-79.2024.8.06.0001
Número de ordem	194
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Alienação Fiduciária
Polo ativo	BANCO HONDA S/A.
Advogado(s) - Polo ativo	ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - (SP192649-A)
Polo passivo	PAULO VICTOR ALVES DE SOUSA
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3000375-13.2026.8.06.0028
Número de ordem	195
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Revisão de Juros Remuneratórios, Capitalização/Anatocismo
Polo ativo	MARCELO DE ARRUDA BITTENCOURT
Advogado(s) - Polo ativo	THIAGO DIAS DE OLIVEIRA - (CE38356-A) RONEY DA SILVA OLINDA - (CE51075-A)
Polo passivo	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	REGINA MARIA FACCA - (SC3246-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0689057-38.2000.8.06.0001
Número de ordem	196
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO

Processo	0689057-38.2000.8.06.0001
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Indenização por Dano Material
Polo ativo	IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. AXA XL SEGUROS S.A. COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GAS S A
Advogado(s) - Polo ativo	MARCIO ALEXANDRE Malfatti - (CE29005-A)
Polo passivo	ANTONIA EDNA RODRIGUES DE SOUSA
Advogado(s) - Polo passivo	JOAQUIM DOS SANTOS NETO - (CE10593-A)
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0248350-92.2020.8.06.0001
Número de ordem	197
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Partilha
Polo ativo	EMANUELLA ALMEIDA MOREIRA
Advogado(s) - Polo ativo	SUYANE SALDANHA DE PAULA LIMA - (CE22774-A) DEBORA DA COSTA CANAFISTULA - (CE34874-A)
Polo passivo	LUCIANO HILKNER ANASTACIO
Advogado(s) - Polo passivo	ADRIANO SOARES TAQUES - (PR56700)
Terceiros	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	0001738-11.2010.8.06.0105
Número de ordem	198
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Direitos e Títulos de Crédito
Polo ativo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) - Polo ativo	JOSE INACIO ROSA BARREIRA - (CE8151-A)
Polo passivo	CARLOS ALBERTO GOMES MARINHO
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado

Processo	3005089-47.2025.8.06.0029
Número de ordem	199
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Práticas Abusivas
Polo ativo	ANTONIO BARROZO FILHO
Advogado(s) - Polo ativo	ADRIANO SILVA LIMA - (CE47780-A)
Polo passivo	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado(s) - Polo passivo	ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (BA29442-A)
Terceiros	Não informado

Processo	3005089-47.2025.8.06.0029
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado
Processo	3008433-23.2025.8.06.0001
Número de ordem	200
Órgão julgador	4º Gabinete da 5ª Câmara de Direito Privado
Órgão julgador colegiado	5ª Câmara de Direito Privado
Relator	JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
Classe judicial	APELAÇÃO CÍVEL
Assunto principal	Cláusulas Abusivas
Polo ativo	BANCO CREFISA S.A
Advogado(s) - Polo ativo	LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - (MS8125-A)
Polo passivo	ELICA CRISTINA PAULINO FREIRE
Advogado(s) - Polo passivo	Não informado
Terceiros	Não informado
Voto proferido pelo relator	Voto não liberado